



CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS (UNICHRISTUS)
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARCELA SANDERS FREITAS

**O MANIFESTO DO INVISÍVEL: CENTRO DE APOIO A PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA EM UM ESPAÇO DE MEMÓRIA EM FORTALEZA**

FORTALEZA

2021

MARCELA SANDERS FREITAS

**O MANIFESTO DO INVISÍVEL: CENTRO DE APOIO A PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA EM UM ESPAÇO DE MEMÓRIA EM FORTALEZA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário Christus
como requisito para obtenção do título de
Arquiteta e Urbanista

Orientadora: Me. Julia Miyasaki

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F862m Freitas, Marcela Sanders.
O manifesto do invisível : Centro de apoio a pessoas em
situação de rua em um espaço de memória em Fortaleza /
Marcela Sanders Freitas. - 2021.
109 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Ma. Julia Santos Miyasaki.

1. Memória. 2. Pessoas em situação de rua. 3. Bem-estar. 4.
Arquitetura. 5. Casarão dos Gondim. I. Título.

CDD 720

MARCELA SANDERS FREITAS

**O MANIFESTO DO INVISÍVEL: CENTRO DE APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
EM UM ESPAÇO DE MEMÓRIA EM FORTALEZA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário Christus
como requisito para obtenção do título de
Arquiteta e Urbanista.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Julia Santos Miyasaki
Centro Universitário Christus (Orientadora)
Orientadora

Prof^a. Ma. Larissa de Carvalho Porto
Centro Universitário Christus (Convidada)
Examinadora

Arq. Tiago Farias Lopes
Membro externo
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo, por todas as bênçãos e energias boas que me foram direcionadas;

A minha família que sempre me apoiou e me incentivou em toda a minha jornada

A minha professora orientadora pelo suporte e conselhos nesses meses de aprendizado

Aos meus amigos e colegas de curso por todos os momentos de alegria e alívio

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a minha formação

Meu sincero muito obrigada.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um equipamento público voltado para pessoas em situação de rua com enfoque psicológico e de atividades de capacitação, localizado em um lugar de memória, onde já existiu o Casarão dos Gondim, no Centro de Fortaleza (CE).

O trabalho se estruturou em quatro pontos principais: a revisão bibliográfica sobre pessoas em situação de rua e sobre a relação entre lugar e memória como forma de conhecer a temática a ser trabalhada; a pesquisa de referenciais projetuais; o diagnóstico do local de implantação, para conhecimento da conjuntura urbana e histórica a ser trabalhada e a elaboração do projeto, embasado em todo o quadro de informações levantadas e na sua compreensão.

O resultado disso foi um projeto arquitetônico simples e acolhedor, que promove o bem-estar e dialoga com a memória do patrimônio cultural edificado que ali existiu. Também foi proposto um projeto paisagístico, pensado para o caminhar, o contemplar e a manutenção da memória, valorizando os resquícios do casarão, como uma tentativa de manter viva a memória da cidade e dar visibilidade ao espaço e às pessoas.

Palavras-chave: Memória, Pessoas em situação de rua, bem-estar, arquitetura, Casarão dos Gondim

ABSTRACT

This Course Conclusion Work consists of a public facility aimed at homeless people with a psychological focus and training activities, located in a place of memory, where the Casarão dos Gondim once existed, in the Center of Fortaleza (CE).

The work was structured in four main points: the bibliographical review on people living on the streets and on the relationship between place and memory as a way of getting to know the theme to be worked on; the research of design references; the diagnosis of the place of implantation, for knowledge of the urban and historical situation to be worked on and the elaboration of the project, based on the whole frame of information raised and on its understanding.

The result of this was a simple and welcoming architectural project, which promotes well-being and dialogues with the memory of the built cultural heritage that existed there. A landscaping project was also proposed, designed to walk, contemplate and maintain memory, valuing the remains of the mansion, as an attempt to keep the city's memory alive and give visibility to space and people.

Keywords: Memory, Homeless people, well-being, architecture, Casarão dos Gondim

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prédio da Embaixada de Israel antes da demolição.....	26
Figura 2: Projeto da praça com os resquícios do prédio da embaixada, após o atentado.....	27
Figura 3: A praça da embaixada após o atentado.	28
Figura 4: Planta baixa do projeto da praça da embaixada.....	29
Figura 5: Corte do projeto da praça da embaixada.....	29
Figura 6: Entrada do Centro de Assistência para sem-teto.	30
Figura 7: Plata informativa do Centro de Assistência para sem-teto.	31
Figura 8: Planta baixa.....	32
Figura 9: Imagem da parte interna do Centro de Assistência.	33
Figura 10: Entrada principal do Centro Infantil.....	34
Figura 11: Planta baixa.....	35
Figura 12: Imagem da parte interna do Centro Infantil.	36
Figura 13: Vista superior via satélite do terreno.....	54
Figura 14: Fachada Nordeste	55
Figura 15: Fachada Sudeste, principal	56
Figura 16: Rosa dos ventos de Fortaleza	57
Figura 17: Imagem do Casarão dos Gondim atualmente	60
Figura 18: Imagem do antigo jardim atualmente funcionando como estacionamento.....	61
Figura 19: Lavabo de mármore, localizado na antessala da casa.	62
Figura 20: Escada de Mármore da entrada lateral da casa.	63
Figura 21: Casa da família Ferraz	64
Figura 22: Casarão de 1900	65
Figura 23: Reportagem Diário do Nordeste	69
Figura 24: Reportagem CAU/CE	70
Figura 25: Reportagem O Povo.....	71
Figura 26: Reportagem O Povo.....	72
Figura 27: Reportagem G1.....	73
Figura 28: fluxograma.....	79
Figura 29: Planta de implantação	82
Figura 30: Planta de paisagismo	83

Figura 31: Tabela de vegetação	84
Figura 32: Planta baixa térreo.....	85
Figura 33: Planta baixa 1º pavimento	86
Figura 34: Perspectiva fachada principal - norte.....	87
Figura 35: Perspectiva jardim interno	87
Figura 36: Perspectiva jardim interno	88
Figura 37: perspectiva do jardim interno.....	88
Figura 38: Perspectiva pavimento superior.....	89
Figura 39: Perspectiva vista da fachada do Casarão	89
Figura 40: Perspectiva sala de capacitação	90
Figura 41: Perspectiva sala de oficina	90
Figura 42: Perspectiva recepção	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Tabela de índices urbanísticos da ZEDUS	45
Tabela 2: Programa de necessidades com pré-dimensionamento	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População do Bairro Centro	50
Gráfico 2: Faixa etária do Centro.....	51
Gráfico 3: Alfabetização de homens e mulheres do Bairro Centro	51
Gráfico 4: Índice de desenvolvimento humano do Centro e Bairros influentes.....	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do bairro Centro em relação a cidade de Fortaleza	37
Mapa 2: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 1932	39
Mapa 3: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 1975	40
Mapa 4: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 2015	41
Mapa 5: Localização do terreno em relação a área de estudo de acordo com o bairro Centro.....	42
Mapa 6: Mapa de localização dos edifícios tombados ou em processo de tombamento dentro da poligonal de estudo.	43
Mapa 7: macrozoneamento do bairro Centro e poligonal de estudo	44
Mapa 8: Uso e ocupação do solo na poligonal de estudo.....	46
Mapa 9: Sistema viário na poligonal de estudo e adjacências.....	47
Mapa 10: Mobilidade e acessibilidade da poligonal de análise.....	48
Mapa 11: Equipamentos públicos voltados para pessoas em situação de rua.....	49
Mapa 12: Curvas de níveis da poligonal de análise.....	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEMARIS	Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social
CIAMP	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DML	Depósito de material de limpeza
CREAS	O Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPMA	Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ICP	Inquérito Civil Público
IP	Inquérito Policial
LEED	<i>Leadership in Energy & Environmental Design</i>
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MPCE	Ministério Público do Estado do Ceará
PCR	Pessoa em cadeira de rodas
PL	Projeto de Lei
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSE	Projeto Social Especial

RG	Registro Geral
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZEDUS	Zona Especial de Dinamização Urbanística e Socioeconômica
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPH	Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZOP	Zona de Ocupação Preferencial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Tema 1	
1.2. Justificativa	4
1.3. Objetivo geral	6
1.4. Objetivos específicos.....	6
1.5. Estrutura do trabalho e Metodologia.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. Pessoas em situação de rua: problemas e desafios.....	8
2.1.1. Conjuntura histórica	8
2.1.2. Perfil das pessoas em situação de rua.....	12
2.1.3. Políticas públicas para as pessoas em situação de rua	16
2.2. A preservação da memória da cidade	21
3. referencial projetual	25
3.1. Plaza Embajada de Israel.....	26
3.2. The Bridge Homeless Assistance Center	30
3.3. Centro Infantil em Paraguai	33
4. diagnóstico	36
4.1. Aspectos históricos e evolução da mancha urbana da área de estudo	37
4.2. Análise urbanística e caracterização da população na área de estudo.....	43
4.3. Aspectos físicos e ambientais da área de estudo e do terreno de intervenção	52
4.4. Síntese diagnóstica	57
5. O SOLAR DAS TRÊS MARIAS: uma história interrompida	58
5.1. Contexto histórico.....	58

5.2.	<i>Análise arquitetônica</i>	66
6.	PROJETO	76
6.1.	<i>Programa de necessidades</i>	76
6.2.	<i>Pré-dimensionamento e fluxograma</i>	77
6.3.	<i>Conceito e partido arquitetônico</i>	79
7.	Memorial	81
7.1.	<i>Planta de implantação</i>	81
7.2.	<i>Projeto de paisagismo</i>	82
7.3.	<i>Planta baixa térreo</i>	84
7.4.	<i>Planta baixa 1º pavimento</i>	85
8.	PERSPECTIVAS	87
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	Referências BIBLIOGRÁFICAS	93

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema

Este trabalho aborda dois temas muito presentes nas grandes cidades brasileiras atualmente e que permanecem invisibilizados, embora sejam muito importantes e urgentes: as pessoas em situação de rua e a preservação e readequação de espaços históricos na cidade como forma de contribuir para a manutenção da sua memória.

Em 2020, no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que há cerca de 222 mil brasileiros em situação de rua, com maior concentração em grandes cidades do Sudeste, Nordeste e Sul.

O Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (CEMARIS) de 2018, registra 1.738 pessoas em situação de rua no Ceará, sendo 1.351 só na Grande Fortaleza. Porém, conforme noticiado pelo jornal Diário do Nordeste (2020), os coordenadores do Fórum da Rua de Fortaleza acreditam que os dados estão defasados desde 2014 e que, com a pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, o número passaria facilmente a marca de 2 mil pessoas.

Uma questão importante sobre o tema é a escassez de dados sobre essa parcela da população, quadro que pode ser alterado com a aprovação do projeto de lei (PL 4.498/2020), o qual consiste na inclusão da população em situação de rua no censo demográfico realizado periodicamente, com o intuito de subsidiar políticas públicas eficazes para esses brasileiros. Essa inclusão é muito importante, pois possibilitará ações mais efetivas de reinserção social e da promoção da dignidade dessas pessoas.

No âmbito municipal, segundo Liberato (2020), as políticas públicas são fruto de reivindicações populares, que juntamente com movimentos sociais e com o apoio religioso, foram crescendo, especialmente a partir da década de 1980. Porém as políticas públicas criadas até então só se tornaram efetivas nos anos 2000, com a intervenção de diversos equipamentos públicos como os Centros POP, os Abrigos, Centros de Acolhimentos e Pousadas Temporárias. Ainda assim, a inauguração desses equipamentos não consegue sanar a demanda de uso dessas pessoas, que vai além da satisfação de necessidades mais urgentes.

Uma dessas demandas é o apoio psicológico, especialmente necessário para essas pessoas, que sofrem uma discriminação depreciativa e opressora (MOURA JUNIOR et al, 2013) e com a invisibilidade social (BRASIL, 2009) e de acordo com Moura Jr. et al (2013) as pessoas em situação de rua normalmente não usufruem dos espaços e serviços públicos devido a discriminação silenciosa por parte da sociedade, o que limita mais ainda os ambientes e atividades que eles podem fazer.

As pessoas em situação de rua vivem uma dupla discriminação, a marginalização na cidade, pela pobreza, e a exclusão devido a vivência abaixo do índice de indigência (VALENCIO, 2010). Toda as problemáticas externas afetam diretamente o “interno” de cada um. A saúde comprometida é consequência dessa grande discriminação e da situação em que vivem, sendo o alcoolismo e consumo de drogas um exemplo desse estado de fragilização, em que buscam outros meios de “aliviar” a realidade dura. Outro exemplo de problemas de saúde são os distúrbios psiquiátricos e psíquicos, doenças tão graves quanto as outras (BRASIL, 2009).

Outra temática que será abordada no trabalho é a dificuldade de preservação dos espaços de memória da cidade, dentro os quais o mais conhecido é patrimônio cultural edificado, testemunho da história da cidade e elemento importante na preservação da memória coletiva de um agrupamento humano. Percebe-se que muitos edifícios, sejam tombados ou não, se encontram desocupados e em estado de degradação pela falta de uso.

A falta de uso é um dos maiores problemas enfrentados na preservação das edificações históricas, uma vez que “A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada” (LYRA, 2006, p. 01). A permanência de um imóvel se deve às suas adaptações às necessidades vigentes, permitindo uma continuidade de uso, preservação e manutenção, assentindo seu valor histórico e cultural perdurar ao longo do tempo.

No Brasil, é comum se associar a preservação ao tombamento, o qual, de acordo com Sonia Rabello (2015) “é o instrumento jurídico criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25 como uma forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro”. Apesar do seu valor jurídico, isoladamente não é suficiente, uma vez que se observa de maneira crescente um embate entre o interesse público e privado.

Esse parece ser o caso do objeto de estudo desse trabalho: o Casarão dos Gondim, também conhecido como “Solar das Três Marias”, alvo de um conflito de interesses, pois o edifício, em tombamento provisório, foi demolido ilegalmente no dia 17 de julho de 2021, fato que será melhor explicitado posteriormente. Esse acontecimento acabou por acarretar mudanças de direcionamento deste trabalho.

Inicialmente, nesse Trabalho de Conclusão de Curso, seria elaborado um projeto de restauro arquitetônico do edifício, o qual abrigaria um equipamento público voltado para o apoio psicológico às pessoas em situação de rua. Porém com a demolição da edificação, se fez necessária uma reavaliação do objeto e dos objetivos, mantendo-se o desenvolvimento do projeto arquitetônico do centro de apoio psicológico, mas trabalhando com a preservação da história de Fortaleza, por meio desse espaço de memória da cidade. Cada lugar tem sua memória e o ser humano tem o cuidado de valorizar o que lhe traz afeto. Quando há a conexão com o ambiente construído a memória se vincula ao lugar, ajudando a preservar aquele local e criando um bem cultural, que é recurso essencial para a conservação do futuro das cidades (MUNAIER, 2015). Consequentemente preservar esse conjunto de bens materiais é preservar a sua história.

A preservação da história coletiva é fundamental para o futuro da cidade e para a noção básica de pertencimento e cidadania. De acordo com a Carta de Veneza (1964), as obras perduram como testemunho vivo das suas tradições seculares, sendo sua conservação algo necessário para manter o testemunho histórico. Nesse trabalho, se considera que os vestígios do Casarão que ainda permanecem podem contribuir para preservar um testemunho da história da cidade e como forma de alerta para que o ocorrido não se repita.

Considerando a importância e urgência desses dois temas dentro do contexto da cidade de Fortaleza, esse trabalho propõe uma intervenção no terreno do “Solar das Três Marias”, onde será proposto um edifício de apoio para pessoas em situação de rua, com foco na reinserção social e promoção da cidadania e um jardim público como forma de manter viva a memória do edifício que ali se encontrava. Espera-se, dessa forma, contribuir para um tratamento mais humano e digno não só a essa parcela da população, como também para

a promoção da memória da cidade, ajudando a manter vivo o espaço por meio da lembrança, da história e seus resquícios físicos.

1.2. Justificativa

Em Fortaleza, segundo o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) no Guia de Atuação (2017), a população em situação de rua cresceu para 1.718 pessoas, conflitando com os dados da CEMARIS de 2018, tendo seus pontos focais em três áreas mais críticas na cidade. Num total de 72,2% da sua concentração, tem-se a seguinte distribuição: Bairro Centro, com mais de 50% da concentração; Bairro Meireles, especificamente nas proximidades da Avenida Beira Mar com cerca de 19% e a região compreendida entre o Centro e a Avenida Bezerra de Menezes, com 16,3%.

Porém, segundo a Prefeitura de Fortaleza, há uma crescente busca pelos benefícios e equipamentos sociais voltados à população em situação de rua nos últimos anos. No entanto, o aumento da procura pelos serviços, não necessariamente significa um aumento de número de pessoas em situação de rua, visto que não houve mais pesquisas recentes que comprovem essa estatística. Conforme a Coordenadora Especial de Assistência Social da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS), Márcia Nogueira, em 2021, nem todas as pessoas que buscam os serviços estão em situação de rua, mas então passando por fragilidade social e necessidades.

Há registros, pela Prefeitura de Fortaleza, que no Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua (Centro POP-Centro) houve um atendimento de 125.432 pessoas em 2019, já em 2020, com o início da pandemia, passou para 223.545 atendimentos. O refeitório Social, outro equipamento voltado para essas pessoas, ofereceu 6 mil refeições em 2019 e 12 mil refeições em 2020.

Além dos equipamentos e serviços sociais, há também projetos que visam a inclusão social da população em situação de rua, como “Novos Caminhos” que objetivam o desenvolvimento de iniciativas intersetoriais para a reinserção social; “Mais Inclusão”, cujo objetivo é a promoção da inclusão social e o acesso aos espaços em destaque da cidade e o projeto Além do Papelão

que visa o “olhar prolongado” para aqueles que normalmente não são vistos, dando maior voz às pessoas em situação de rua.

Projetos sociais são importantes para essas pessoas, porém há poucos projetos que atingem boa parte da população e que entreguem além das necessidades básicas humanas, devido às restrições impostas para seus usos ou até mesmo a falta de seu conhecimento.

Por isso, o equipamento proposto é de grande importância, pois além de oferecer o básico das necessidades humanas, visto que os equipamentos existentes são voltados para atender apenas a essas demandas, proporciona também um cuidado social peculiar, com propostas sensíveis que proporcionam capacitações e trabalhos psicológicos por meio de atividades artísticas e tratamento terapêuticos, de maneira a complementar os cuidados básicos.

Outra questão relevante nesse trabalho, é a preservação da memória da cidade por meio da requalificação de espaços históricos, principalmente diante do panorama de demolição de bens históricos, tombados ou não. Hoje, em Fortaleza, há bens tombados em três instâncias: a Federal, a Estadual e a Municipal. Todos os órgãos responsáveis pelos tombamentos têm como principal objetivo resguardar e preservar um bem de relevância histórica e social, porém esses bens, mesmo tombados, sofrem com abandono, depredação ou mesmo a demolição, como é o caso do objeto de estudo desse trabalho. Em 2018, de acordo com o Diário do Nordeste, há 65 bens tombados nas três esferas, espalhados em 14 bairros diferentes e 52 edifícios em estado de tombamento provisório.

Apesar do grande número de bens tombados, observa-se que nem todos se encontram em uso e em bom estado de conservação. Além dos edifícios tombados, nota-se que a cidade ainda abriga uma grande quantidade de edifícios históricos que não se encontram salvaguardados por esse instrumento legal, sendo diariamente passíveis de depredação.

Dessa forma, justifica-se a proposta desse trabalho, por se propor a dar um uso de relevância social a um espaço histórico onde se encontram os vestígios do recém-demolido Casarão dos Gondim, propondo para o lugar um jardim público que ajude a preservar a memória do bem e a memória de Fortaleza.

Além disso, outro ponto importante que justifica essa proposição é o fato de que se pretende desenvolver um complexo de apoio não só de atendimento das necessidades mais básicas e urgentes das pessoas em situação de rua, mas oferecer um tipo de serviço que os ajude a se sentirem vistos e percebidos como seres humanos importantes e capazes.

Como forma de auxiliar a melhoria do lado psicológico dessa parcela da população, no projeto foram previstos espaços para atendimento psicológico e desenvolvimento de algumas atividades voltadas para atividades terapêuticas e oficinas de capacitação, as quais podem funcionar para ajudar as pessoas.

Além disso, o tema vem de uma motivação pessoal por proximidade com essa parcela da população em trabalhos voluntários e apoio em projetos voltados a pessoas fragilizadas em situação de rua.

1.3. Objetivo geral

Elaborar um projeto arquitetônico e paisagístico no terreno onde se localizava o Solar das Três Marias, em Fortaleza/CE, na Rua General Sampaio, para abrigar um equipamento público de atendimento às pessoas em situações de rua, na faixa etária de 18 a 60 anos e promover a preservação da memória do bem edificado que havia no lugar.

Propõe-se, por meio deste, auxiliar a reinserção dessas pessoas na sociedade, por meio de atendimentos psicológicos, auxílio na retirada de documentos essenciais, espaços para atividades terapêuticas e oficinas de capacitação profissional, além de locais para satisfação de necessidades mais urgentes como banheiros, lavanderia e refeições, de forma a não só amparar as pessoas em situação de rua, mas ajudá-las a acessar seus direitos e reintegrar-se à sociedade.

1.4. Objetivos específicos

- Compreender a problemática das pessoas em situação de rua e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa parcela da população no Brasil e em Fortaleza.

- Estudar e entender os conceitos relacionados ao patrimônio cultural, a memória das cidades e lugares de memória, e sua importância para a sociedade.
- Pesquisar referências projetuais de intervenção em espaços de memória e edifícios sociais.
- Elaborar estudos diagnósticos que contemplem os aspectos urbanísticos, legislativos, históricos, sociais e econômicos do local de inserção do equipamento proposto.
- Elaborar o projeto de um edifício e um jardim público, de maneira a preservar a memória do lugar.

1.5. Estrutura do trabalho e Metodologia

Esse trabalho de conclusão de curso se estrutura em seis partes, a saber:

1. Referencial teórico;
2. Referencial projetual;
3. Diagnóstico;
4. Histórico e análise arquitetônica do objeto de estudo;
5. Memorial descritivo-justificativo contendo a definição do conceito, partido e programa de necessidades;
6. Projeto arquitetônico e paisagístico.

Como metodologia, procedeu-se, primeiramente, com uma pesquisa qualitativa e quantitativa acerca dos temas abordados. Primeiramente, foi elaborada uma revisão bibliográfica acerca dos temas para compreender os principais conceitos a eles relacionados, compondo o referencial teórico que virá a embasar a intervenção arquitetônica. Também foi feito um levantamento quantitativo de informações, em sites, artigos, teses, dissertações, notícias, IBGE e Ipea acerca das pessoas em situação de rua para conhecer essa parcela da população e entender suas necessidades.

Em seguida, foi realizada a pesquisa de referências projetuais, em sites de projetos, que auxiliaram na elaboração do projeto. Dando sequência a essa etapa, foi elaborado o diagnóstico urbanístico da área de intervenção com o objetivo de entendê-la, tendo ciência das suas problemáticas e facilidades, o levantamento de dados urbanísticos presentes na legislação urbanística

municipal e em Institutos de Pesquisa, como IBGE e IPEA e a elaboração de uma caracterização da área.

Também se procedeu com o levantamento histórico do objeto de estudo, tendo como principal fonte a instrução de tombamento, com o propósito de conhecer e entender a edificação, sua arquitetura e sua história e como ela afeta na cidade.

A definição de um programa de necessidades, conceito e partido arquitetônico foi realizada na sequência, como forma de embasar o projeto de intervenção, que será a última etapa, o qual contemplará um projeto arquitetônico e paisagístico com base na pesquisa e entendimento das demandas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Pessoas em situação de rua: problemas e desafios

2.1.1. Conjuntura histórica

A existência de pessoas vivendo em situação de rua não é uma questão exclusiva do século XXI, uma vez que os registros de pessoas nessa situação são ainda mais antigos do que se imagina. Segundo Esquinca (2013), na Grécia Antiga, por exemplo, a mudança na propriedade privada e a expropriação das pessoas gerou uma pobreza extrema a uma parcela da população, que recorreu às ruas como forma de sustento. A mesma situação se repetiu em Roma, e na Europa de maneira geral, durante a Idade Média. Nesse período, a religião agia como estímulo para as pessoas continuarem nessa situação, visto que faziam da pobreza uma virtude e idealizavam os “mendigos” como santos. Só após o Renascimento é que a imagem do “mendigo” e da pobreza começou a ser desabonada.

No Brasil colonial, o homem livre podia não ter ganho fixos ou emprego, mas o meio era propício para sua sustentação temporária, seja pela coleta de recursos nas abundantes terras ou pela troca do trabalho autônomo por sustento,

porém, no fim, quando o dinheiro acabava, era para a rua que ele ia (ESQUINCA, 2013).

De acordo com Cerqueira (2011), já no século XIX, com os resquícios de um passado escravocrata, a população era dividida entre uma elite branca, brancos pobres, os escravos recém-libertos, migrantes, descendentes de indígenas e filhos bastardos. Quando o Estado passou a aceitar a necessidade de trabalho assalariado para suprir a demanda dos recém-libertados escravos, essa população se viu jogada à margem, vagando pelas ruas, sem moradia, sem trabalho e sem condições de sobreviver. Apesar de livres naquele momento, podendo vender sua força de trabalho para sobreviver, ainda se viam em grande desigualdade em comparação com imigrantes e os brancos pobres.

Dessa forma, percebe-se que, historicamente, esse fenômeno social está diretamente relacionado ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, conseqüentemente. Em um momento mais contemporâneo, Nogueira (2014) afirma que na segunda metade de 1960, quando o mundo entrava em uma nova crise econômica, focada no modelo de produção do capitalismo, foi quando houve o desenvolvimento de altos níveis tecnológicos e científicos e, em contrapartida, o aumento dos níveis de miséria. Essa contradição foi agravada no final dessa década, quando se atingiu o auge da produtividade, com as trocas do trabalho humano pelas máquinas, aumentando os índices de desemprego.

Ainda de acordo com Nogueira (2014), o capitalismo chegou de forma tardia e complexa na esfera nacional, se adaptando ao modelo de progresso que conservava a elite brasileira como detentora do poder político, preservando laços de um passado escravista.

Com a grande vontade de desenvolver o país foram feitas enormes dívidas internacionais a fim de acompanhar o crescimento da economia global. Porém esse acúmulo de capital foi direcionado para os setores mais avançados, centralizando o acúmulo de produção e aumentando as desigualdades sociais. Segundo Esquinca (2013, p. 23):

Na década de 60 no contexto brasileiro, registram-se 30 milhões de pessoas em condição de miséria; na década de 70, 45 milhões. Ao longo da década de 80, o fenômeno dos moradores de rua torna-se uma problemática da cidade de São Paulo, agudizado pela crise econômica. Chegam à rua pessoas recém-desempregadas ou cujas condições econômicas não permitiam o acesso a condições de moradia digna.

Como ocorrido no exterior em 1970, a crise de capital, que consistiu em uma crise de super acúmulo de capital, aconteceu também no Brasil, no final de 1974, no fim da ditadura militar. Essa crise econômica se agravou na década de 1980 e 1990, tendo como um dos marcos o Plano Collor, que trouxe uma das maiores resseções da história, ampliando ainda mais a desigualdade social.

Sob governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003, se agravou a desigualdade social. As aberturas dos capitais estrangeiros privados com facilidades para a mercantilização dos bens e serviços públicos, com a privatização de empresas públicas de energia elétrica, água e gestão de esgotos, telecomunicação, transporte, saúde, educação, estradas e previdência social, tornaram mais difícil o acesso a esses serviços básicos pela camada mais pobre da população (NOGUEIRA, 2014).

Assim, nota-se uma contradição pelo fato de que o Estado, com suas políticas econômicas tornou-se um dos maiores causadores de tamanha desigualdade e exclusão social e, ao mesmo tempo, se tornou o único “salvador” dessa situação. Portanto, o Estado assume a concessão de benefícios sociais para a parcela pobre da população poder usufruir das mercadorias impostas pela era capitalista, com exceção das pessoas excluídas da sociedade como as que vivem na rua. (NOGUEIRA, 2014).

De acordo com Liberato (2020), o termo exclusão ou excluído é usado cotidianamente para definir o distanciamento de alguém, seja ele pelo afastamento físico, social, histórico ou cultural. Esse afastamento se dá pela invisibilidade das pessoas, não aqueles referentes ao que não se pode ver, que não é visível aos olhos, pois estão sempre por ali, nas ruas, calçadas e becos, mas a invisibilidade social, na qual não são vistos como cidadãos com direito iguais, necessidades, singularidades e particularidades.

Mas afinal, o que define uma pessoa em situação de rua? De acordo com Esquinca (2013), são pessoas em condições de pobreza extrema, normalmente devido ao crescimento desigual das riquezas de uma cidade, que se veem utilizando o espaço público como única forma de sobrevivência e moradia.

Nota-se que as dinâmicas que levaram ao crescimento da desigualdade social e da quantidade de pessoas em situação de rua no panorama nacional também ocorreram em Fortaleza, inicialmente relacionado ao fenômeno das secas no interior do estado.

A presença de pessoas em situação de rua em Fortaleza, tem como um dos mais antigos registros conhecidos os que foram realizados em 1932, na ocasião da Grande Seca de 1930¹.

Conforme Kênia Rios (2015), em 1930, as famílias do sertão migravam para Fortaleza – e até para outros estados – com a esperança de sobrevivência em meio à crise. Essas pessoas fortemente afetadas pela seca foram taxadas como “flagelados” e “os famintos”, que ao chegarem em Fortaleza se viram obrigados a ocupar as ruas e pedir ajuda para sobreviver.

Ainda segundo Rios (2015), a Capital, que procurava construir uma imagem moderna, se tornou uma cidade de dor e sofrimento e manchetes como: “Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos flagelados para a capital [...]” (17/02/32), do jornal O Nordeste (Rios, 2015, p. 59) eram comumente publicadas a partir de 1932.

Com a ajuda de manchetes alarmantes nos jornais, a visão da população acerca das pessoas prejudicadas pela seca foi sendo moldada e distorcida, levando-as a entender as pessoas em situação de rua como agressivas, perigosas e ameaçadoras, ajudando a instalar o medo e a insegurança das classes altas para com os migrantes e aumentando o distanciamento social e miserabilidade na cidade (RIOS, 2014).

Desse período em diante, poucos são os dados históricos sobre a população em situação de rua na cidade.

Porém, nota-se que um fato que não se alterou foi a exclusão social dessa parcela da população, a qual vem sendo muito julgada e prejudicada pela busca por um crescimento econômico. Dessa forma, essas pessoas permanecem sendo subjugadas, desassistidas e marginalizadas por uma pequena parcela da população que se classifica como superior e detentora de riquezas e bens. É possível perceber que essa população apenas teve infortúnio de oportunidades e conhecimentos, que gerou um afastamento social, histórico e cultural enorme e conseqüentemente uma fenda de desigualdade social que só cresceu com o passar dos anos.

¹ Embora os movimentos migratórios ocasionados a partir do sertão cearense já tenham ocorrido desde 1877.

2.1.2. Perfil das pessoas em situação de rua

O conceito de população de rua, de acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, é:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único)

Essa definição tenta traçar o perfil de uma população que tem histórias e motivações diversas o que torna difícil a caracterização homogeneizada desse grupo de pessoas. Algumas possíveis explicações são de entendimento comum, como, por exemplo, a pobreza extrema², e as rupturas dos vínculos familiares, com seus diferentes motivos, assim como as formas de socialização que vão se modificando (CEARÁ, 2017).

De fato, há múltiplos motivos que ocasionam essa situação, tanto fatores estruturais, como ausência de moradia, falta de trabalho e renda, como fatores pessoais, com a quebra do vínculo familiar, infortúnio pessoal e perda de bens.

Da mesma forma, também são várias as situações que levam à permanência, seja a momentânea, de alguns dias, devido a questões financeiras ou familiares, ou a definitiva, que surge de uma ruptura ou problemática, mas que se estende por achar nas ruas uma forma de sobrevivência. Na segunda, o encontro de pessoas semelhantes que vivem na mesma situação, pode ajudar a criar um vínculo maior do que os outrora construídos, tornando a rua espaço primordial de união, resistência e sobrevivência dessas (CEARÁ, 2017).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População de rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre agosto de 2007 e março de 2008 e abrangeu 71 cidades brasileiras. Dentre estas, havia 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, excluindo São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que fizeram pesquisas parecidas recentemente.

² Conforme o documento XXX, pobreza extrema é definida como não é apenas a falta de bens materiais, mas como a dificuldade de direitos e oportunidades.

Neste levantamento foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos. O levantamento mostrou, também, informações acerca das principais razões para a ida às ruas, a mobilidade dessas pessoas, o tempo de permanência na rua, os vínculos familiares, relação com o mundo do trabalho, formas de obtenção de renda, os acessos aos programas governamentais, a posse de documentação, os níveis educacionais, recursos usados para higiene, discriminação sofridas e participação em movimentos sociais.

Nessa pesquisa, as informações foram levantadas de acordo os critérios que se seguem juntamente com os seus resultados:

- a) Gênero: a predominância de gênero é masculina representando 82% do total em comparação com o feminino.
- b) Faixa etária: mais da metade das pessoas possuem entre 25 e 44 anos.
- c) Etnia: 39,1 % se consideram pardos, 29,5% brancos e 27,9% pretos.
- d) Escolaridade: população com pouco acesso escolar, sendo a maioria, com 63,5%, não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% assinam o próprio nome, 95% não estuda atualmente e somente 3,8% fazem algum curso.

No que diz respeito aos motivos das pessoas se encontrarem em situação de rua, o principal, com 35,5%, são problemas com alcoolismo e drogas, 29,8% com desemprego, 29,1% desavença familiar, com pai/mãe/irmão. Além dos motivos, há também o grau de permanência nas ruas, sendo 48,4% a porcentagem de pessoas que estão na rua há mais de 2 anos e 30% a que dorme nas ruas há mais de 5 anos.

Sobre a questão dos equipamentos de acolhimento como os abrigos/albergues, 46,5% das pessoas afirmaram que preferem dormir nas ruas, 43,8% preferem os albergues e 9,68% não sabem. Na pesquisa, a preferência pelas ruas é motivada pela falta de liberdade em albergues (44,3%); não gostar ou se adaptar à rotina, como ter hora de entrada e saída (27,1%) e por último, a proibição do uso de álcool e drogas nesses locais (21,4%). Porém dentre as pessoas que preferem albergues, mas dormem na rua a maior porcentagem dos entrevistados – 69,3% - afirmou que preferem albergues por causa da violência nas ruas, 45,2% preferem abrigos por sentir desconforto em situação de rua, enquanto 20,7% justificam o fato pela falta de vagas.

Os laços familiares também foram levantados e 51,9% dos entrevistados afirmam possuir parentes na mesma cidade. Dentro dessa porcentagem, 38,9% não mantêm contato, 14,5% mantêm contato em intervalos de grandes períodos e 34,3% contato mais frequente. Ainda sobre relacionamento familiar, 39,2% expressam que tem um bom relacionamento com os parentes na mesma cidade e 29,3% que não tem bom relacionamento. Dentre as pessoas em situação de rua que possuem parentes que moram fora, a porcentagem aumenta, chegando a 81,5%, e, desses entrevistados, 23,1% apenas mantêm contato.

No que tange ao trabalho e renda dessas pessoas, é possível apontar que a grande parte é trabalhadora, porém só 70,9% têm atividade remunerada, sendo que dessa porcentagem 58,6% afirmam ter profissão. Dentro dessas atividades, 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% flanelinhas, 6,3% trabalhadores da construção civil, 4,2% prestam serviços de limpeza e 3,1% carregador/estivador. Em contraposição à imagem comumente construída, de apenas 15,7% dessa população vivem de pedir dinheiro. Apesar de existir todo um trabalho e remuneração, apenas 1,9% dessa porcentagem trabalham com carteira assinada.

Na pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (BRASIL, 2009), a alimentação, saúde e higiene são classificadas como questões profundamente relacionadas, sendo possível afirmar que no quesito alimentação 79,6% fazem ao menos uma refeição diária e 19% não conseguem se alimentar todos os dias. Em relação às pessoas que sobrevivem do que pedem, 31,3% não se alimentam todos os dias.

Na questão de higiene, o local onde mais tomam banho é na rua, com 32,6%, seguido por casa de parentes ou amigos, com 32,5%.; abrigos/albergues, com 31,4% e, por fim, banheiros públicos, com 14,2%. Já para as necessidades fisiológicas, 32,5% usam as ruas, 25,2% nos abrigos/albergues, 21,3% banheiros públicos, 9,4% estabelecimentos comerciais e 2,7% casa de parentes ou amigos.

Correlacionando a higiene, precária alimentação e os cuidados com a saúde, 30% da população em situação de rua afirma ter problemas de saúde, sendo 10,1% hipertensa, 6,1% com problemas psiquiátricos/mentais, 5,4% diabetes e 5,1% com HIV/AIDS, sendo um índice considerado alto, visto que a prevalência estimada para o Brasil é de 0,6%.

A falta de diversos documentos ou documentos essenciais desencadeiam diferentes problemas na sociedade, de dificuldade para arranjar emprego até acesso aos programas governamentais de apoio a pessoas em situação de rua e, com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, o “Rua: aprendendo a contar”, elaborado em 2009, 24,8% dos entrevistados não possuem qualquer documentação de identificação pessoal. O levantamento indica que 42,2% não possuem CPF, 39,7% não detém carteira de trabalho, 37,9% não possuem certidão de nascimento ou casamento e 37,9% não têm título eleitoral. Porém um pouco mais da metade da população (58,9%) possui, pelo menos, a carteira de identidade.

Sobre os programas governamentais, 88,5% não recebem qualquer benefício. Dentro desse universo, a maior parcela é jovem de 18 a 24 anos (92,6%) e entre as pessoas com 55 anos de idade ou mais 73,6% não recebem. Dos benefícios recebidos, 3,2% é aposentadoria, 2,3% bolsa família, 1,3% o benefício de prestação continuada (BPC).

Além de sofrerem a invisibilidade na cidade, as pessoas em situação de rua também sofrem diversas discriminações e impedimentos, sendo eles: receber atendimento na rede de saúde (18,4%); entrar em transporte coletivo (29,8%); entrar em shopping center (31,3%); entrar em outros comércios (31,8%); entrar em órgãos públicos (21,7%); entrar em bancos (26,7%) e impedimento de tirar documentos (13,9%).

Por fim, infelizmente 95,5% dessa população não participa de qualquer movimento social ou atividade associativa e apenas 2,9% afirmam participar de algum movimento. Dos movimentos sociais citados, 31,3% são religiosos e 7,2% populares. Além dessa falta de participação, 61,6% dos entrevistados afirmam que não vão às urnas votar, o que reflete na falta de representante para essa população e ajuda a manter a inércia da falta de mudança desse quadro tão alarmante e precário.

Com esses dados é possível visualizar um quadro geral e características semelhantes nesses grupos de pessoas em situação de rua. Nota-se que são em sua maioria são homens entre 25 e 44 anos, com pouco acesso escolar e que se encontram nas ruas por motivo de drogas, desemprego e conflitos familiares, porém exercem algum tipo de trabalho para se sustentar, apesar da maioria não ter carteira assinada e não receber nenhum benefício do governo.

Observa-se que há uma defasagem nesses dados, uma vez que a pesquisa foi realizada em 2009 e não foi refeita até o momento. Porém, há uma estimativa, feita pelo IPEA em uma nota técnica sobre a estimativa da população em situação de rua (2020), possibilitada pela união dos dados do Censo com o do Cadastro Único, de que em março de 2020, o número seja de aproximadamente 221.869 pessoas, quantidade bastante discrepante em comparação com os dados do Censo de 2008.

2.1.3. Políticas públicas para as pessoas em situação de rua

Segundo o que está contido no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” de 2011, em 1970, junto com as lutas pela liberdade democrática vieram também o aumento da pobreza, da fragilidade social e a crescente busca pelos direitos de cidadania e participação política.

Ao longo dos anos, os movimentos sociais se especificaram em lutas pela moradia, saúde, educação, igualdade de direitos, reforma agrária, meio ambiente e melhores condições de vida nas grandes cidades. Em 1980, com a agravamento da crise e as altas taxas de desemprego, houve um grande aumento da necessidade de melhorias na saúde, educação, assistência social e trabalho e renda, juntamente com demanda por qualidade de vida que decrescia nas cidades de acordo com o acelerado crescimento populacional. Nesse contexto, os movimentos sociais buscaram cada vez mais seus direitos.

Conforme as Orientações Técnicas de 2011, com a diminuição das oportunidades de emprego, a massa de trabalhadores excedeu a demanda, ocasionando uma grande quantidade de pessoas com baixa escolaridade ou nenhuma escolaridade/qualificação profissional que ficaram sem trabalho e que se viram à margem do desenvolvimento econômico, recorrendo às ruas como único modo de sobrevivência.

A única ajuda que esse setor da população recebia era advinda de caridades das instituições religiosas e do Estado, que não viam potencial naquelas pessoas. Porém, com a redemocratização no país, as pessoas em

situação de rua se uniram e se mobilizaram, revelando uma capacidade de organização – diferentemente do que as pessoas acreditavam – para buscar a transformação da sua realidade, com outras organizações que se juntaram, como especialistas, estudiosos e movimentos religiosos.

Nesse mesmo período, foram elaborados projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e desse desenvolvimento nasceu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, em 1985 (BRASIL, 2011).

Com esses movimentos, as pessoas em situação de rua finalmente tiveram uma porta de visibilidade onde mostrava-se que essa população também tinha direito à vida e à dignidade. As ações institucionais procuravam desconstruir a ideia de que dar assistência a essas pessoas era algo negativo. O somatório das ações institucionais às pastorais auxiliou essa população, que ocupou novos espaços em busca de melhorar as condições de vida.

Essas lutas acentuaram a necessidade de implementar políticas públicas para as pessoas em situação de rua, de forma a cumprir a Constituição Federativa de 1988, cujos artigos 5º e 6º ressaltam a obrigatoriedade de o Estado assistir aos desamparados, como se observa a seguir:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança. (grifo nosso)

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, **a assistência aos desamparados**. (grifo nosso)

Observa-se que transcorreram alguns anos entre a promulgação da Constituição Nacional em 1988 e a elaboração de políticas públicas estruturadas. Os avanços têm como marco inicial os Seminários Nacionais organizados pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e na 1ª Marcha do Povo de Rua em 2001 na cidade de Brasília (BRASIL, 2011).

Apesar de significativos, esses movimentos somente ganharam mais força após a morte de várias pessoas em situação de rua em São Paulo nas noites de 19 e 22 de agosto de 2004. A partir daquele momento, os movimentos

sociais e as organizações civis se organizaram para reivindicar assistência social e elaboração de proposta política nacional para essa população.

Em setembro de 2005, ocorreu o 4º Festival Lixo e Cidadania, e durante o Festival foi lançado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), mostrando que a participação das pessoas em situação de rua era organizada e ocorria em várias cidades brasileiras.

Naquele ano, a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS (Ministério de desenvolvimentos Social e Combate à Fome) realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua a fim de conhecer os desafios dessas pessoas e definir estratégias na construção de políticas públicas. A partir das demandas apresentadas no Evento, foi aprovada a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que determina a criação de programas específicos de assistência social para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011).

Em 25 de outubro de 2006, por decreto presidencial, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas políticas, gerando, em 2007, o texto da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), que foi publicado em dezembro de 2009.

Em 2009, também ocorreu o II Encontro Nacional sobre População de Rua, na cidade de Brasília. Com as experiências do primeiro evento e a pesquisa levantada entre 2007 e 2008 em 48 municípios, foi validada a proposta da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do decreto nº 7.053 em 23 de dezembro de 2009 e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua (CIAMP) (BRASIL, 2011).

Os Comitês Gestores Intersetoriais cumprem a função de gestão local e têm papel de elaborar, acompanhar e monitorar os planos de ação para a população em situação de rua na esfera estadual e municipal.

Além de toda conquista dessas pessoas, a PNPR reconheceu a história e a luta das pessoas em situação de rua, ganhando relevância e inclusão no Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), tendo em vista as seguintes ações:

- i) geração de emprego e renda; ii) enfrentamento ao preconceito;
- iii) garantia de registro civil; iv) acesso a serviços de saúde e a

atendimento médico; de programas de reinserção; proteção contra abusos e exploração sexual; v) prevenção à violência contra esse segmento; capacitação de policiais para o atendimento cidadão e não violência em relação à população de rua; vi) punição para policiais que cometam violência contra população em situação de rua e vii) criação de centros de referência e garantia de serviços de acolhimento adequados (BRASIL, 2011).

Mesmo com as grandes lutas, os direitos de igualdade e equidade ainda não haviam sido garantidos. Sendo assim, foi aprovada em 30 de dezembro de 2005, a Lei nº 11.258 que altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, garantindo que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) possa criar programas de proteção social a pessoas em situação de rua.

Da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) surgiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) “um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2011, p. 32).

Nesse Sistema, existe uma ferramenta denominada de Projeto Social Especial (PSE), que organiza e oferta programas de ajuda socioassistencial. Com a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, a qual efetivou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, foi possível estabelecer o PSE de média e alta complexidade.

Para o PSE, que é considerado de média complexidade, é ofertado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Já os serviços de PSE de alta complexidade voltados para pessoas em situação de rua são os de acolhimento institucional e de acolhimento em repúblicas.

Por ser um equipamento criado especificamente para as pessoas em situação de rua, o Centro POP será objeto de uma análise mais aprofundada nesse trabalho para auxiliar no entendimento de que tipo de assistência é prestada a essa parcela da população.

Conforme as orientações técnicas do Centro POP (BRASIL, 2011), o equipamento foi previsto no Decreto nº 7.053/2009 e é uma unidade de natureza pública e estadual com atuação em atendimento voltado para a população em situação de rua, ofertando serviços especializados. Porém cabe a cada órgão gestor municipal de assistência social o planejamento e a implantação do Centro

POP, definindo local e quantidade de unidades a serem implantadas com ajuda de um diagnóstico sócio territorial.

Este equipamento público deve ter capacidade mensal de até 80 casos (famílias/indivíduos), com funcionamento de 8 horas diárias e deve dispor de um ambiente acolhedor que cumpra todos os requisitos de salubridade, com iluminação, ventilação e limpeza adequados. Também deve apresentar acessibilidade arquitetônica, segurança e atendimento com condições de sigilo.

Em termos de estrutura física, o Centro POP deve apresentar alguns espaços padrão, embora seja possível criar ambientes exclusivos de acordo com as peculiaridades de cada unidade. Dessa forma, compõem o programa de necessidades padrão, espaços como:

- a) Local de acolhimento inicial e recepção;
- b) Sala para atividades de coordenação;
- c) Salas de atendimento individuais;
- d) Salas e espaços coletivos;
- e) Copa/cozinha;
- f) Banheiros masculinos e femininos com acessibilidade;
- g) Lavanderia;
- h) Refeitório;
- i) Guarda de pertences com armários individuais.

Atualmente em Fortaleza, existem dois Centros POP, o Centro POP CENTRO, na Rua Jaime Benévolo, 1059, no bairro Centro, e o Centro POP BENFICA, na Avenida João Pessoa, 4180, no bairro Damas. Segundo o site da prefeitura de Fortaleza, esses equipamentos funcionam das 8h às 17h com tempo médio variável de atendimento por ordem de chegada e o órgão responsável pela sua gestão é a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

Além dos Centros de Referência Especializada, há outros diversos equipamentos e serviços ofertados para pessoas em situação de rua, dentre os quais se destaca:

- a) Duas (02) pousadas sociais, localizadas no Centro, as quais têm acolhimento noturno por tempo indeterminado para indivíduos adultos, funcionando das 22h às 8h;

- b) Um (01) restaurante popular de Fortaleza localizado na Parangaba, oferecendo almoço pelo custo simbólico de R\$ 1,00 real, atendendo por ordem de chegada com funcionamento de segunda a sexta das 10h às 14h;
- c) Um local de acolhimento para pessoas em situação de rua, localizado no Bairro Parangaba, que funciona 24 horas por dia e oferta acolhimento, quatro refeições diárias e atendimento das necessidades de higiene e limpeza, sendo usado quando encaminhado de algum centro POP;
- d) Um centro de convivência para pessoas em situação de rua, localizado no Bairro Centro, funcionando de segunda a sexta das 8h às 22h, o qual é um local onde são ofertadas atividades de convivência e sociabilidade, cursos profissionalizantes, serviços de lavagem de roupa e alimentação, sendo necessário encaminhamento do SETRA para uso do equipamento.

Diante do exposto, percebe-se que as políticas públicas voltadas para essa população ainda são muito recentes, não havendo grande modificação na situação de vida dessas pessoas. Percebe-se, dessa forma, uma lacuna no que diz respeito às políticas de reinserção dessas pessoas na sociedade, promovendo autonomia e dignidade para apenas uma pequena parcela dessas pessoas.

2.2. A preservação da memória da cidade

A preservação dos espaços históricos é fundamental para a manutenção da memória, para a salvaguarda da história e o reavivamento das tradições culturais, sendo considerados espaços históricos, os espaços que sobreviveram à passagem do tempo, preservando suas principais características formais, culturais e paisagísticas. Dentre esses espaços, os mais associados à história pela população em geral são os edifícios que integram o acervo de patrimônio cultural edificado de uma cidade

Genericamente, por Patrimônio, entende-se todos os bens materiais, culturais, políticos e intelectuais. Associa-se ao patrimônio, também, a ideia de herança cultural, como se pode perceber em sua etimologia: “Como patrimônio,

para os romanos, também significava herança (paterna), a expressão “patrimônio cultural” subentende “herança” cultural. Eis por que em língua inglesa, o termo aparece referido como *cultural heritage*” (CASTRO, 2008, p. 100).

Conforme Castro (2008), o patrimônio se divide em natural e cultural, sendo o cultural subdividido em material e imaterial. O patrimônio cultural imaterial, de acordo com a página do IPHAN na internet, são as práticas e domínios sociais, sejam saberes, ofícios, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e os lugares que abrigam práticas culturais coletivas.

Já o patrimônio material consiste em bens móveis, como pinturas e mobiliários e os bens imóveis, que são as obras construídas e os sítios arqueológicos.

O trabalho em questão trata de um espaço que abrigou até recentemente um patrimônio cultural edificado – o Casarão dos Gondim, em condição de tombamento provisório – o qual era entendido dessa forma pela sua representatividade em termos histórico e simbólico, assim como por representar um vínculo afetivo e cultural para as pessoas.

Diante da ausência provocada pela demolição ilegal do Casarão dos Gondim, buscou-se estudar, como forma de embasar o projeto de intervenção, o conceito de memória, sua relação com o espaço e o de lugar de memória de maneira a desenvolver no projeto mecanismos que a mantenham viva no espaço da cidade.

Para Nora (1984), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1984). Ainda de acordo com o autor, o que se entende por memória é o acúmulo de vestígios materiais que ajudam a lembrar de algo esquecido sendo por isso que, com o passar do tempo, aumenta a necessidade de acumular documentos, fotos, testemunhos e discursos como prova de determinada história.

Maurício Abreu (1996, p. 10) destaca que “a memória é a capacidade biológica/psicológica de armazenagem e conservação de informações”, sendo essa uma definição que se aplica bastante à memória individual, que se diferencia da memória coletiva.

Para Halbwachs (1990, p. 81), a memória coletiva é:

uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

A memória depende dos grupos vivos para se manter, pois ela é coletiva, múltipla, plural e individualizada. Memória é algo sempre atual, um eterno presente. Diferente da história, que é algo temporal, que acompanha as evoluções e relações das coisas e não depende dos grupos vivos, pelo contrário, pertence a todos e ninguém, é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1984).

Halbwachs (1990) ainda defende que vínculo entre memória e espaço é extremamente importante, uma vez que as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva, os locais realçam o grupo e vice-versa, cada detalhe é ressaltado por um uso que faz sentido para sua vida e a sociedade (HALBWACHS, 1990), sendo a partir daí que se diferenciam espaço e lugar.

De acordo com Neves e Nielsen (2014, p. 4), “espaços transformam-se em lugares quando a pessoa desenvolve afeto em relação a esse ambiente e isto se dá pela experiência”. Os autores prosseguem afirmando que “o homem habita ou reconhece um espaço como lugar quando consegue orientar-se e identificar-se com o meio ou quando este lhe é como significativo” (2014, p. 4). O lugar é a extensão do viver coletivo, da memória coletiva.

Por isso que a criação de vínculos com o lugar contribui para a manutenção da memória coletiva, que pode ser lembrada de formas diferentes por cada pessoa, dependendo da sua ligação e do rompimento desse vínculo. E os diversos lugares de uma cidade exercem influência sobre os grupos que nela vivem, como pequenos mundos fechados. A cidade faz parte do curso da história, mesmo com mudanças, obras públicas, deslocamento do centro, demolições e construções, basta a imagem do local para haver reconhecimento (HALBWACHS, 1990).

Dessa maneira, considerando que a memória coletiva é preservada quando a relação de um grupo de pessoas com os acontecimentos e os lugares é resguardada, percebe-se a necessidade de se cuidar dos quadros espaciais que com ela se relacionam.

Porém essa preservação tem sido cada vez mais ameaçada. De acordo com Josep Montaner (2014), a sociedade contemporânea tem uma grande perda da memória crítica, imposta silenciosamente pelo desenvolvimento capitalista, que busca a construção de projetos urbanos e econômicos com o menor ruído possível da população. Sabe-se que é conveniente para o mercado imobiliário e financeiro que os terrenos estejam livres para a construção de uma cidade genérica e homogênea, causando o desalojamento de pessoas e destruição de patrimônios culturais edificados, contribuindo para a perda dos testemunhos históricos que contribuem para a manutenção da memória das cidades.

Essa dinâmica, infelizmente, não é nova. O fenômeno da “descontinuidade” é apontado por Marina Waisman (2013) como algo que dificulta a preservação da história das nossas cidades, identificado como uma característica comum do latino-americano do Sul, que despreza o passado e se entusiasma pela modernidade, guiado pela ideia de um progresso geralmente superficial, pois o passado é ligado a ideia de pobreza, estancamento ou atraso.

Segundo Marina Waisman (2013), a descontinuidade arquitetônica é um fato indesejável, porém que ocorre historicamente há anos, e que talvez, se não existisse esse panorama, seria possível descobrir elementos de longa duração históricas, que possivelmente se tornassem componentes valorizados e contribuiriam para a manutenção da memória da cidade.

A transformação urbana, cada vez mais, é um processo de conflito de interesses que coloca em questão o patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico como capital e sintomático e o transforma em um processo lento de apagamento de um terreno histórico (MONTANER, 2014), dificultando a conexão da memória coletiva com o espaço.

Josep Montaner (2014) diz ainda que a maior dificuldade na pós-modernidade é a expulsão da memória real para a criação de memórias temáticas. São impostos símbolos e comemorações novas que criam uma psicologia de distração em relação as tradicionais, quando o coletivo se distrai a falsa memória expulsa a existente. Tem-se um exemplo disso na apropriação de um lugar após o esvaziamento do seu conteúdo simbólico, mudando seu significado, como o que ocorreu em Berlim. Da praça Potsdamer foram varridos todos os vestígios da memória urbana, toda a ferida da guerra e da divisão do Muro de Berlim para, em seu lugar, ser erguido uma construção de arquitetura

genérica. Um caso de esquecimento no qual os grupos comunitários não querem ser lembrados, mas se escondidas as feridas a humanidade é mais vulnerável a cair no mesmo erro.

Essa substituição de simbolismo e memória com a construção de outros símbolos é um problema que geralmente ocorre em áreas de maior visibilidade nas cidades. Em outras partes, o mais comum é o apagamento da memória por meio das demolições, como é o caso do Solar das Três Marias. Porém, a criação de uma falsa memória não deixa de acontecer, pois, como afirma Montaner (2014, p. 168) “Cada vez que se arrasa a vida comunitária e o patrimônio existente, ocasiona-se um processo de estabelecimento de uma falsa memória sobre a existente”.

Por isso, com o objetivo de evitar a construção de uma falsa memória, o projeto de intervenção proposto nesse Trabalho de Conclusão de Curso se utiliza do conceito de lugares de memória de Nora (1984), que os define como materiais, simbólicos e funcionais, podendo ser registros, espaços ou objetos que ajudam a preservar a memória.

Busca-se, no trabalho unir a teoria de Nora (1984) ao conceito de lugar enquanto espaço dotado de significado, trabalhando com os vestígios do Casarão dos Gondim a fim de não apagar sua história, e sim respeitar sua memória e preservar sua existência e relevância para a cidade, tratando-o como um lugar de memória. Pois, segundo Nora (1984, p. 22):

[...] a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...] os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

3. REFERÊNCIAL PROJETUAL

Para subsidiar o projeto a ser desenvolvido neste trabalho, foram escolhidos como referenciais três projetos. Desta forma, analisou-se a Plaza da Embajada de Israel, em Buenos Aires, Argentina; Parque da juventude, em São Paulo, Brasil;

3.1. Plaza Embajada de Israel

O prédio da embaixada de Israel em Buenos Aires, na Argentina sofreu um atentado em 17 de março de 1992, por volta das 14:45 horas. Um grupo terrorista em um carro carregado de explosivos se chocou contra o prédio causando sua destruição e das outras duas edificações ao lado. O ataque deixou 22 pessoas mortas e 242 feridas.

Figura 1: Prédio da Embaixada de Israel antes da demolição.



Fonte: site semanariohebreojai.com

No lugar da edificação foi construída uma praça em memória ao acontecimento e a dor que todos as boas pessoas sentiram (Figura 2). De acordo com o memorial descritivo elaborados pelos arquitetos Hugo Alfredo Gutierrez, Patricio Martins Navarro e Hector Fariña, a proposta do projeto procurou simplicidade ainda sim com um significado profundo. Foram construídas duas grandes placas horizontais interligadas em conjunto horizontal na praça, simbolizando solidariedade entre judeus e não judeus. As placas são próximas

a um espelho d'água que simboliza a vida, e por toda sua extensão são alinhadas 22 árvores de forma igualitária, em homenagem as 22 vítimas (Figura 3). O elemento mais marcante é a preservação das marcações restantes do edifício na parede, onde é possível observar como outrora foi sua forma e altura. Outro elemento de grande relevância são as placas com os nomes das pessoas falecidas, na parede mais ao canto e os totens informativos, carregados da história.

Figura 2: Projeto da praça com os resquícios do prédio da embaixada, após o atentado.



Fonte: site embassies.gov.il.

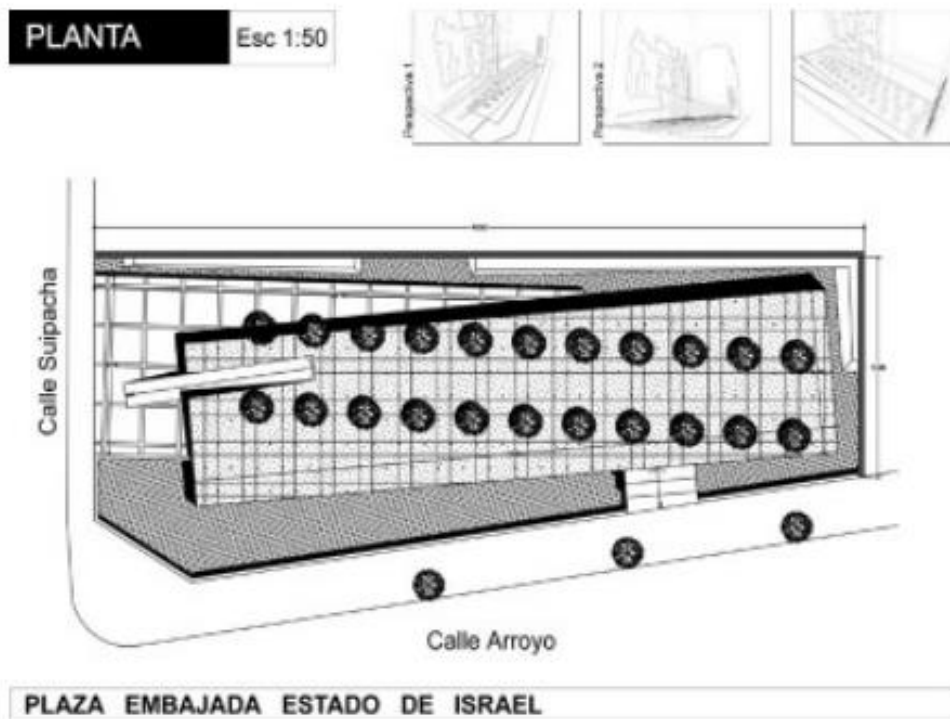
Figura 3: A praça da embaixada após o atentado.



Fonte: https://www.clarin.com/opinion/voladura-embajada-israel-27-anos-despues_0_hnzuASV0q.html. Foto: Jorge Sanchez.

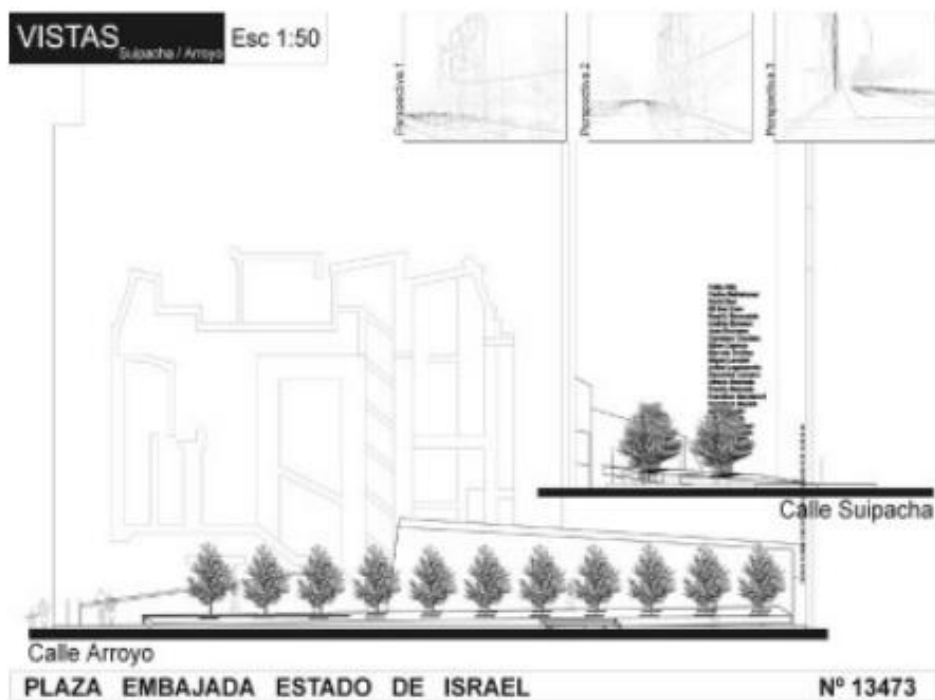
Todos os elementos na praça dispostos foram pensados com seu peso simbólico, as arvores dispostas representando o futuro, as paredes, com os requisitos do que o lugar já foi um dia, representando o passado e a água permeando vida representa o presente.

Figura 4: Planta baixa do projeto da praça da embaixada.



Fonte: memorial descritivo. embassies.gov.il.

Figura 5: Corte do projeto da praça da embaixada.



Fonte: memorial descritivo. embassies.gov.il.

O projeto da praça de da embaixada de Israel é uma referência primordial para esse trabalho pois mostra a importância de se manter a história e a memória de um local, que mesmo não estando mais lá, ainda traz grande peso e importância para a cidade por meio de seus vestígios e seu projeto de local público e comunitário. A referência em questão auxilia em como trabalhar com resquícios de edificações importantes, visto que hoje o Casarão está em situação semelhante a embaixada, por conter apenas as marcações do que já foi um dia.

3.2. The Bridge Homeless Assistance Center

O Centro de Assistência para sem-teto fica situado no centro de Dallas, nos Estados Unidos (Figura 6). *The Bridge* projetado pela equipe Overland Partners Arquitetos, virou modelo de centro de assistência após ganhar de “*Best Architectural Entry*” na competição internacional de *Rebranding Homelessness*, que caracteriza como uma competição para homenagear as iniciativas de criar uma abordagem e linguagem em construções para pessoas sem moradia.

Figura 6: Entrada do Centro de Assistência para sem-teto.



Fonte: archdaily.com

A edificação foi concluída em 2008, em uma área desenvolvida, para cerca de 6.000 pessoas, sendo o prédio principal de boas-vindas onde a equipe recebe e direciona o usuário para o processo de transição, além de abarcar lavanderia, escritório, creche, barbearia, biblioteca e salas de aula; o edifício ao lado de serviço abrange clínicas médicas, salas de exames, aconselhamento e treinamento no térreo, assistência jurídica, ajuda aos viajantes, ajuda com busca de empregos, assistência para moradia, moradia para trabalho e administração, já o terceiro e último andar é direcionado para residentes de longa data, com dormitórios masculinos, femininos e quartos especiais; no pátio central localiza-se o refeitório e a cozinha ao lado, que fornecem 3 refeições diárias; o próximo bloco é de banheiros e chuveiros que ficam ao ar livre permitem o uso a todos os usuários independente do teu de estadia; o dormitório engloba abrigos emergenciais com esteiras para 300 pessoas com portas tipo garagem para os usuários que se sentem mais confortáveis dormindo ao ar livre; e por fim o edifício de armazenagem que oferece a guarda de pertences com segurança além de canil para os animais de estimação.

Figura 7: Plata informativa do Centro de Assistência para sem-teto.



Fonte: Archdaily.com

Figura 8: Planta baixa



First Floor Plan

Fonte: Archdaily.com

The Bridge recebeu, também, certificado Prata LEED (*Leadership in Energy & Environmental Design*), certificado que incentiva as práticas construtivas sustentáveis, pelos seus recursos sustentáveis, como telhado verde, sistema de reciclagem de água cinza e iluminação natural.

A edificação além de bem comunitário foi um empreendimento para o centro de Dallas, que apesar de receber um prédio com certificado LEED não abalou o mercado imobiliário ao seu redor, além da queda imediata em 20% da criminalidade na área.

Figura 9: Imagem da parte interna do Centro de Assistência.



Fonte: Archdaily.com

Apesar do *Bridge* ser um empreendimento em escala superior ao posposto nesse projeto, é uma referência importante por seu olhar sensível as necessidades das pessoas em situação de rua e os ambientes propostos, importantes para auxiliar da melhor forma essas pessoas, que foram levados em consideração para a elaboração do programa de necessidades do centro de apoio.

3.3. Centro Infantil em Paraguai

O centro infantil da Equipe de Arquitectura localizado em Villeta, Paraguai, foi um projeto de 2021 com cerca de 450m² (Figura 10) é um projeto de jardim de infância em nível térreo compostas por 4 espaços, duas grandes salas de aula, com disposição flexível, podendo ser dividida em duas cada sala, a área de alimentação e a área administrativa.

Figura 10: Entrada principal do Centro Infantil.



Fonte: Archdaily.com

Figura 11: Planta baixa.



Fonte: Archdaily.com

Todos os espaços são voltados para o pátio central, se comunicando visualmente com o exterior, extraindo a ideia de sala de aula fechada. Pelo fato de todos os ambientes terem aberturas que integram o interior com o exterior permitem essa ventilação cruzada por todo o edifício e a entrada da luz natural, que permeia em todos os ambientes, porém de uma forma indireta.

Figura 12: Imagem da parte interna do Centro Infantil.



Fonte: Archdaily.com

É possível observar que a Equipe se preocupou em usar materiais de pouco impacto ambiental, como a terra, utilizada nas paredes com a técnica de taipa de pilão que juntamente com as esquadrias de vidro criam impactos visuais harmônicos com texturas cores e cheiros.

O centro infantil não se assemelha ao assunto discorrido, mas tem relevância como referencial por apresentar técnicas, materiais e arquitetura semelhante a proposta neste trabalho, a preocupação em manter o interno e externo ligados de forma visual, a procura de materiais vernaculares juntamente com técnicas construtivas modernas, a sua forma simples e geométrica e pôr fim a preocupação com a ventilação e a iluminação natural, que são as particularidades que se procurou seguir nesse projeto.

4. DIAGNÓSTICO

Como limitação da área para fins de estudos e análise diagnóstica, foi definida uma poligonal de 400 metros de raio medido a partir do terreno objeto da intervenção, adotado comumente como parâmetro de caminhabilidade.

O diagnóstico foi estruturado em três partes com uma síntese diagnóstica final para facilitar a compreensão dos aspectos históricos, urbanísticos, físicos e ambientais da área de estudo.

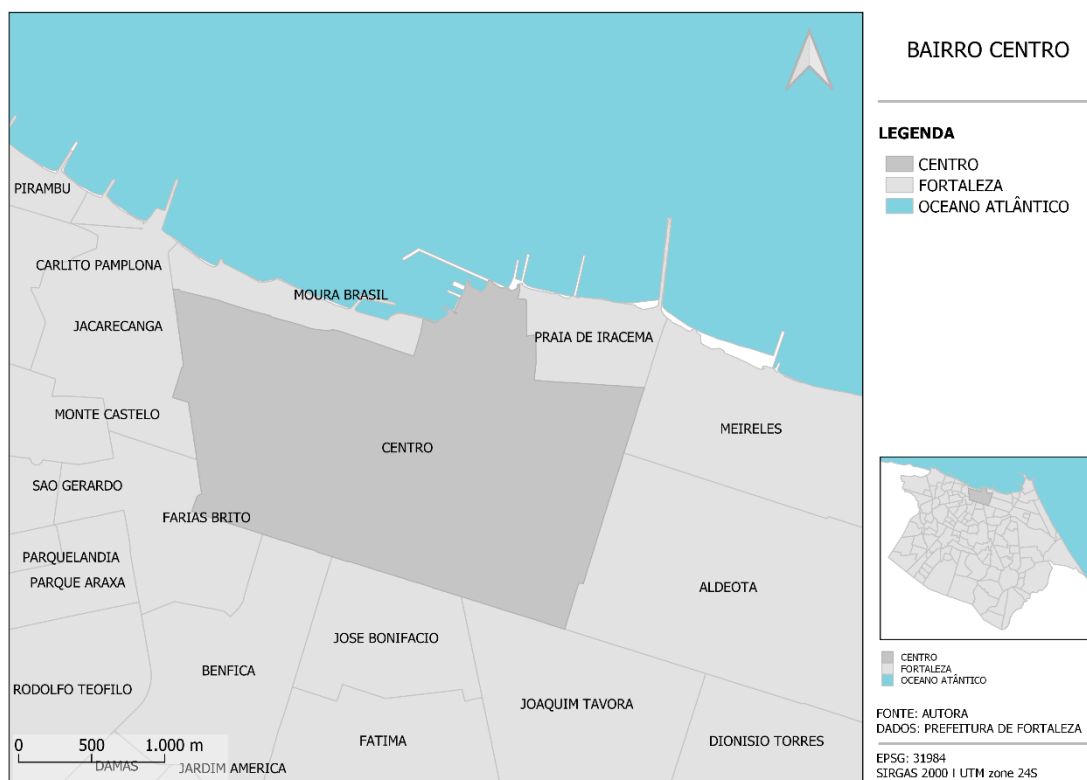
4.1. Aspectos históricos e evolução da mancha urbana da área de estudo

O objeto de projeto do trabalho em questão é conhecido como Casarão dos Gondim e Solar das Três Marias, situado na Rua General Sampaio no Bairro Centro, em Fortaleza – CE, Brasil (Mapa 1).

Considerando a importância da compreensão da história do local para a elaboração desse trabalho, inicia-se esse estudo diagnóstico com uma contextualização histórica da área de intervenção.

O atual Bairro Centro corresponde ao antigo núcleo urbano de Fortaleza e é o lugar onde teve início a história da cidade, a qual se desenvolveu a partir da margem esquerda do Riacho Pajeú, em aproximadamente 1726.

Mapa 1: Localização do bairro Centro em relação a cidade de Fortaleza



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

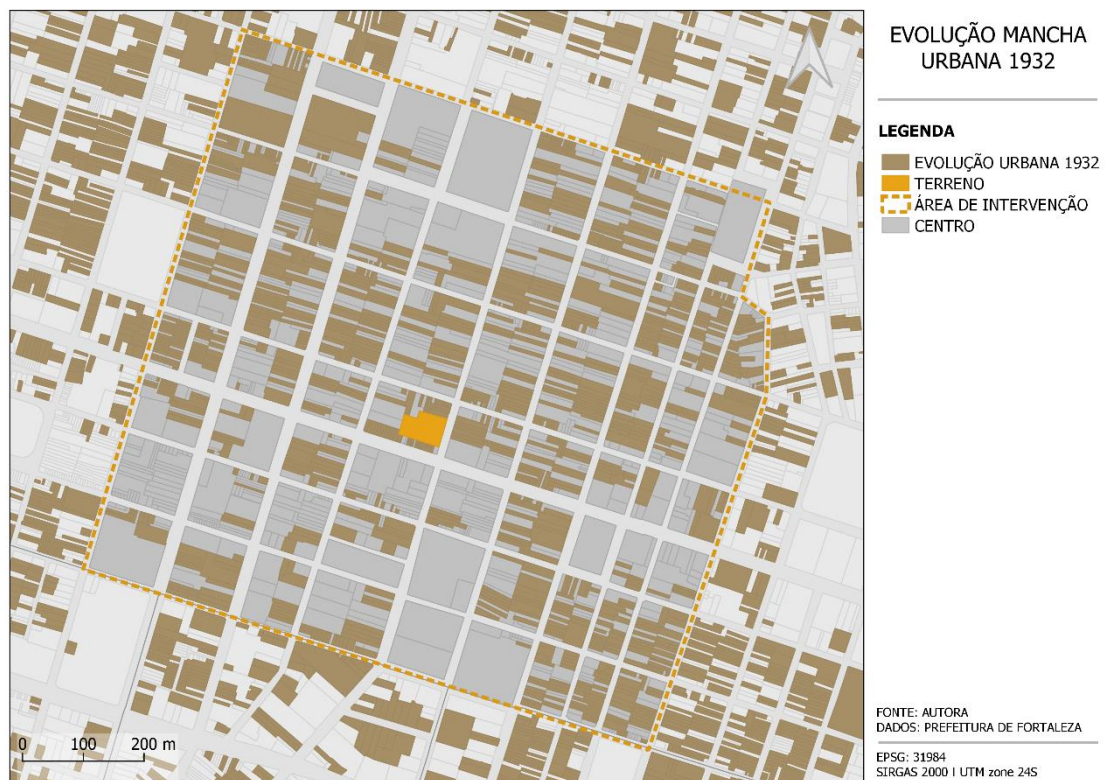
Inicialmente, a Vila de Fortaleza não passava de um forte, um riacho e poucos moradores que se adaptavam às condições naturais, mas com o passar dos anos e com a sua evolução, Fortaleza se tornou cidade. Nesse processo, recebeu seu primeiro arruador em 1800 e ganhou sua primeira planta em traçado xadrez em 1812, pelo engenheiro Antônio José da Silva Paulet (COSTA, 2017).

Até então, a cidade só possuía importância administrativa por ser a sede da Capitania do Ceará, tendo pouca expressividade econômica. Fortaleza só começou a se destacar realmente com a abertura dos portos em 1808, por onde era exportado o algodão produzido no interior do estado, impulsionado a agricultura. Em consequência do capital gerado pela exportação do algodão, a cidade cresceu e se desenvolveu com a construção de mercados, edificações públicas, o primeiro banco provincial e infraestrutura. Em 1835, com o incentivo ao cultivo e a fabricação de chá, café e açúcar e trabalho assalariado especializado, a economia de Fortaleza se consolidou e elevou o padrão arquitetônico das casas construídas no local (COSTA, 2017).

Ainda no século XIX, a cidade sofreu um processo de crescimento acelerado, apresentando como tentativas de organização de sua expansão o primeiro Código de Posturas em 1835 e os planos urbanísticos elaborados por Adolfo Herbster em 1859, 1875 e 1888 (CASTRO, 1994).

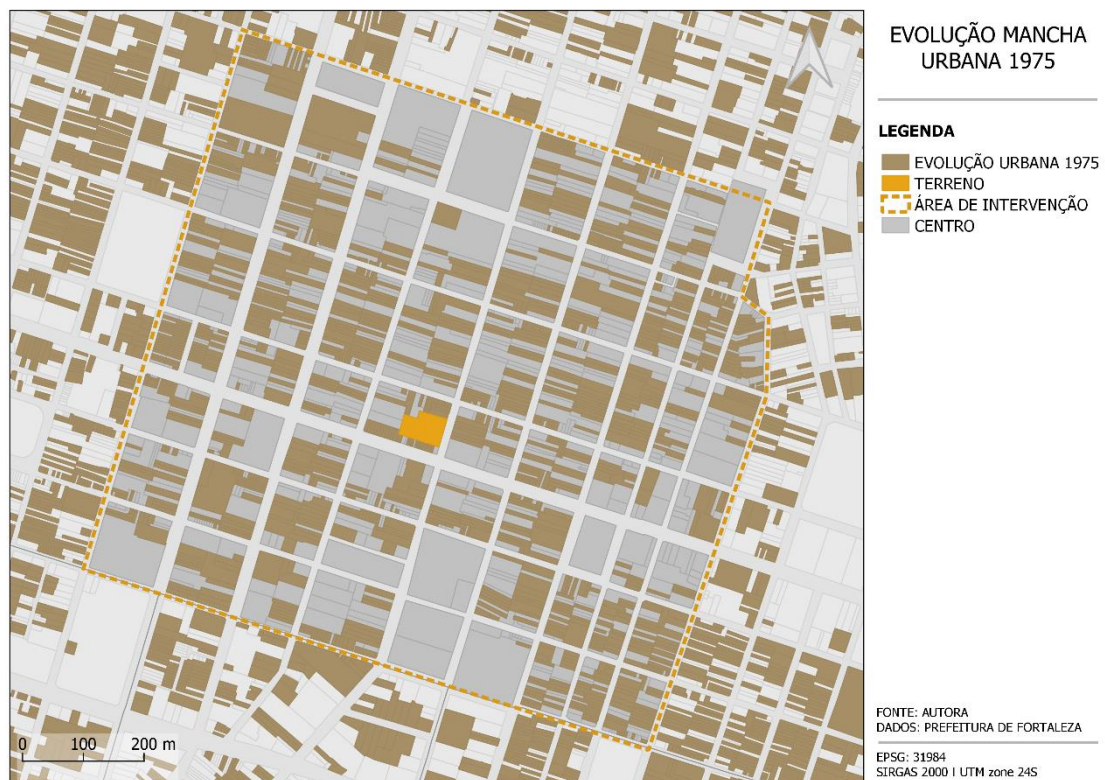
A cidade foi produto da ação direta do comércio e da elaboração de planos expansionistas, que teve seu início no Centro, que era o núcleo urbano original, onde se concentrou a maior parte população e toda sua infraestrutura. A consequência disso foi um legado de adensamento e comércio varejista iniciado ainda no século XIX (ANDRADE, 2015), como é possível ver nos Mapas 02, 03 e 04.

Mapa 2: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 1932



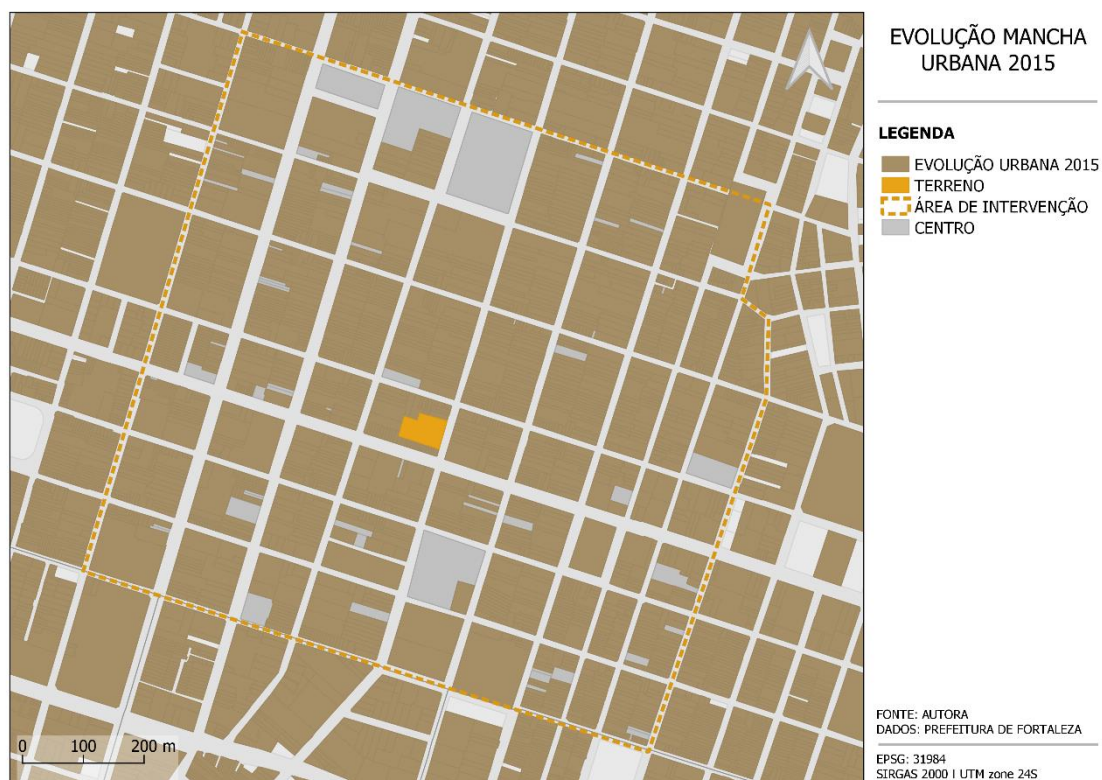
Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Mapa 3: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 1975



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

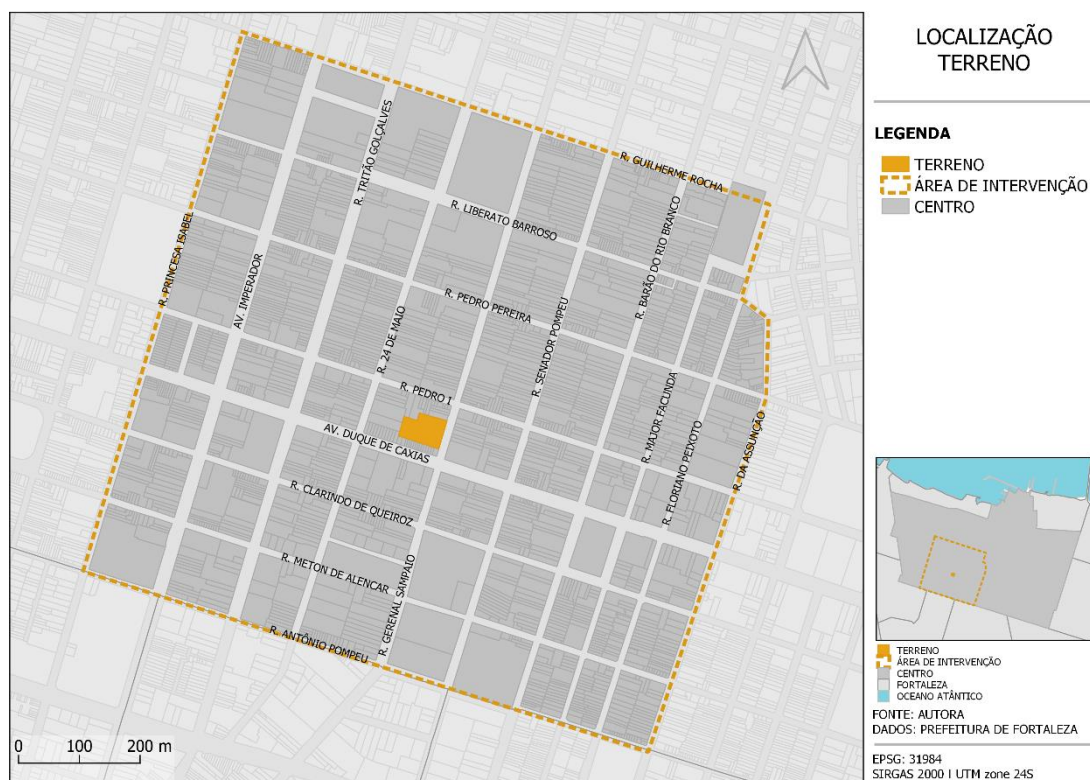
Mapa 4: Processo de adensamento na poligonal de estudo. Mancha urbana de 2015



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

O “Solar das três Marias”, localizado no número 1406 da Rua General Sampaio, próximo à Avenida Duque de Caxias e Rua Pedro I (Mapa 05), era uma das poucas edificações que restaram desse período até ser demolido em julho deste ano. O edifício era tombado provisoriamente pelo município, com data de início do processo em 2011, e era de grande importância histórica por se tratar de uma arquitetura residencial bastante representativa do período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX em Fortaleza e por estar carregado de relevância imaterial, com forte ligação com o cenário musical de Fortaleza.

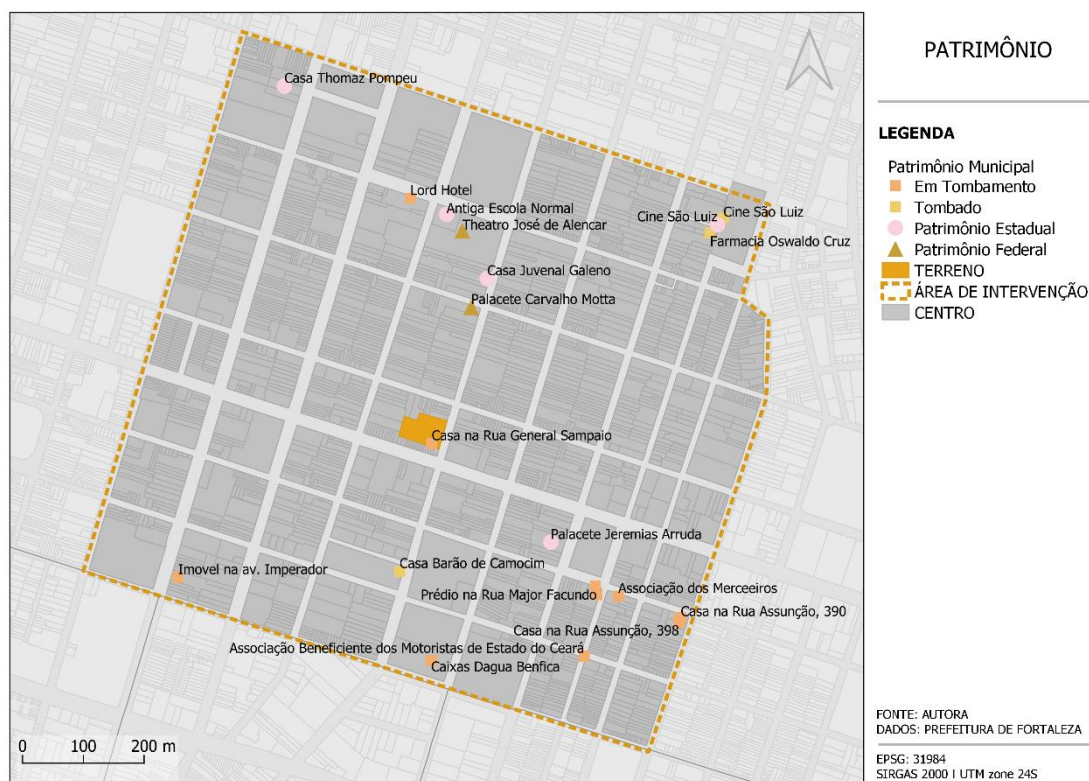
Mapa 5:Localização do terreno em relação a área de estudo de acordo com o bairro Centro



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Na região onde se localizava o Solar, ainda há diversos edifícios patrimoniais de grande importância (Mapa 6), o que torna o uso do solo do seu entorno algo cuidadoso, devido às poligonais de proteção. Conforme a Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), na Lei Municipal 9.347 de 11 de março de 2008, o artigo 8º define essa poligonal como uma linha imaginária delimitando o entorno de proteção que garante a visibilidade, ambiência e a integração do patrimônio, somente podendo haver alteração física, mobiliária ou de iluminação se previamente autorizado pela SECULTFOR e não é permitido nenhum uso ou ocupação que ameace, prejudicar ou danificar o bem.

Mapa 6: Mapa de localização dos edifícios tombados ou em processo de tombamento dentro da poligonal de estudo.

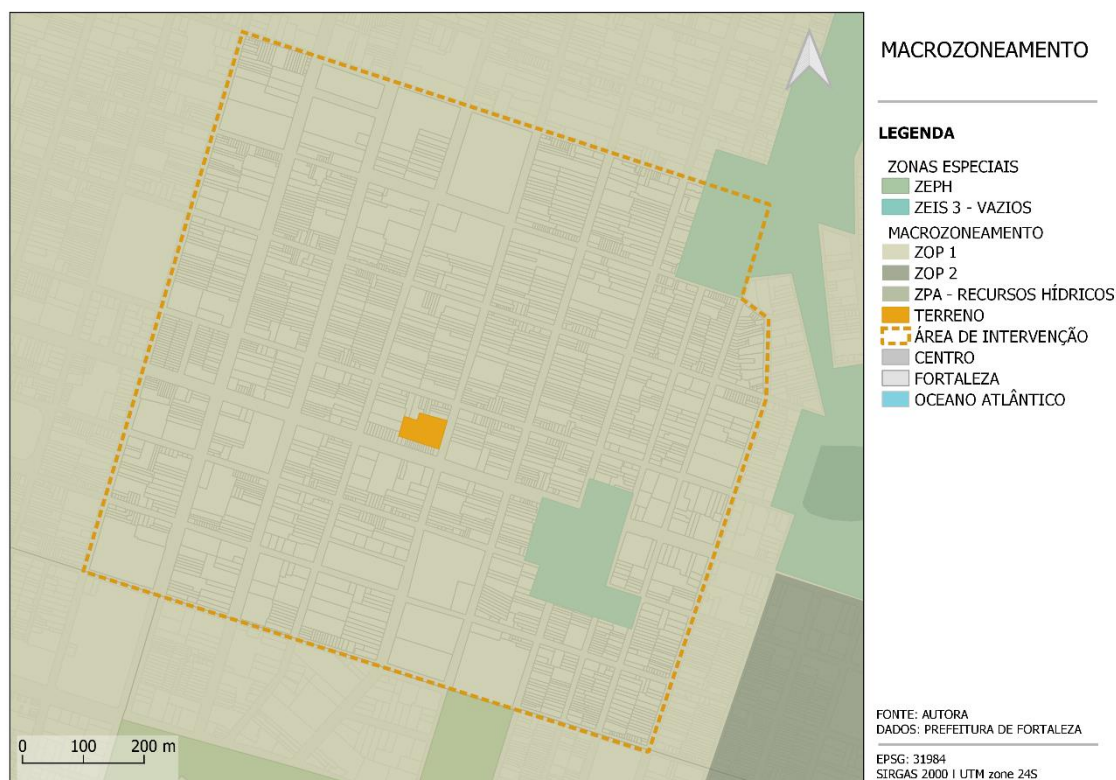


Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

4.2. Análise urbanística e caracterização da população na área de estudo

Além do cuidado ao se construir e projetar ao redor do terreno onde se localizava o Solar, há também parâmetros urbanísticos a serem seguidos no Bairro Centro, como é possível observar no Mapa 7. O terreno se encontra em uma Zona de Ocupação Preferencial (ZOP 1), que de acordo com Lei de Parcelamento Uso de Ocupação do Solo nº 236/2017 (LUOS), “caracteriza-se pela disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos e pela presença de imóveis não utilizados e/ ou subutilizados; destinando-se à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo” (FORTALEZA, 2017).

Mapa 7: macrozoneamento do bairro Centro e poligonal de estudo



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Porém há uma zona especial que se sobrepõe à ZOP 1, a Zona Especial de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS), portanto os parâmetros urbanísticos que serão usados são os da última. Esta zona é definida no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2017) como “porções do território destinadas à implantação e/ou intensificação de atividades sociais e econômicas, com respeito à diversidade local, e visando ao atendimento do princípio da sustentabilidade”.

Ainda próximo ao terreno, é possível identificar mais zonas, como:

- a) A Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS 3), composta por áreas de vazio ou subutilização em uma região dotada de infraestrutura sendo voltadas a implantação de habitação social;
- b) A Zona Especial de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico (ZEPH) que consiste em “áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de relevante expressão arquitetônica, artística, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística,

- considerados representativos e significativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística do Município” (LUOS, 2017);
- c) A Zona de Ocupação Ambiental 2 (ZOP 2) que se caracteriza como áreas de infraestrutura e serviço urbano parcial com adensamento limitado com condicionamento para a intensificação de infraestrutura, serviço e moradia;
- d) A Zona de Preservação Ambiental (ZPA 1) Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos, que é destinada a preservação dos ecossistemas e recursos naturais.

Entretanto, a zona de predominância no terreno do projeto é a ZEDUS, cujos índices urbanísticos serão adotados na elaboração do projeto e seguem na tabela abaixo:

Tabela 1:Tabela de índices urbanísticos da ZEDUS

ZONA DE OCUPAÇÃO		CENTRO
TAXA DE PERMEABILIDADE (%)		30
TAXA DE OCUPAÇÃO (TO) (%)	SOLO	60
	SUBSOLO	60
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)	BÁSICO	(1)
	MÍNIMO	0,2
	MÁXIMO	4,00
ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO (m)		95,00
DIMENSÕES MÍNIMAS DO LOTE	TESTADA (m)	5,00
	PROFUNDIDADE (m)	25,00
	ÁREA (m²)	125,00
FRAÇÃO DO LOTE		-

Obs.: (1) Aplica-se o Índice de Aproveitamento Básico da Zona que estiver sendo sobreposta pela ZEDUS.

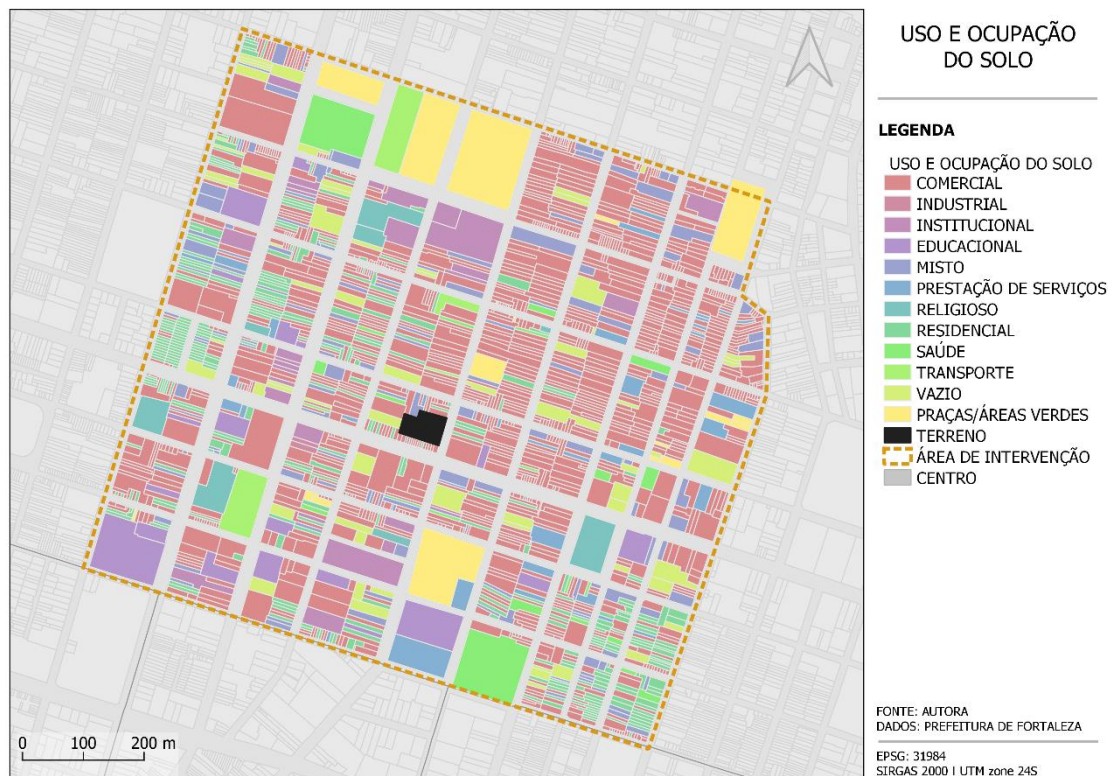
Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Tendo em vista que o Índice de Aproveitamento Básico é determinado pela Zona que se sobrepõe, sendo essa a ZOP 1, o valor de referência será de 3,00.

No que diz respeito ao uso do solo, observa-se que a área de entorno imediato ao terreno em estudo é predominantemente comercial, como se pode ver no Mapa 08, tendo significativos lotes de uso misto, residencial, prestação

de serviço, de uso exclusivamente comercial e áreas pontuais de serviço de saúde, religioso e institucional.

Mapa 8: Uso e ocupação do solo na poligonal de estudo



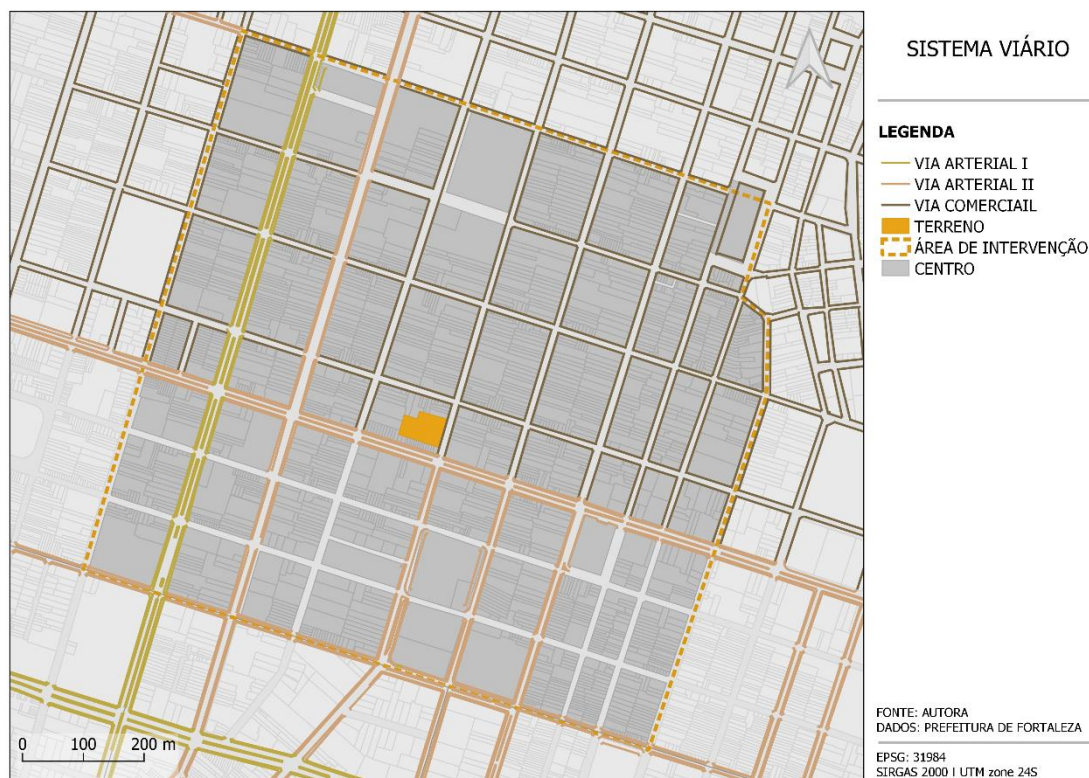
Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Por se tratar de uma região majoritariamente comercial, as oportunidades de emprego e inserção no comércio varejista são maiores do que em outras zonas, e ainda há variedade significativa de outros usos, enriquecendo o meio em que se insere a edificação de estudo.

Além do seu uso intenso favorecer o projeto, sua classificação viária permite a fácil locomoção para o terreno e entorno. A rua onde o terreno está localizado – Rua General Sampaio – é classificada como Via Comercial, a qual é destinada “a atender ao tráfego local e dar suporte ao comércio e serviços geral” (FORTALEZA, 2017). Próximo ao local em questão, há uma Via Arterial

II³, a Avenida Duque de Caxias, e mais à frente a Avenida Imperador, uma Via Arterial I⁴, como é possível ver na Mapa 9 a seguir.

Mapa 9: Sistema viário na poligonal de estudo e adjacências



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

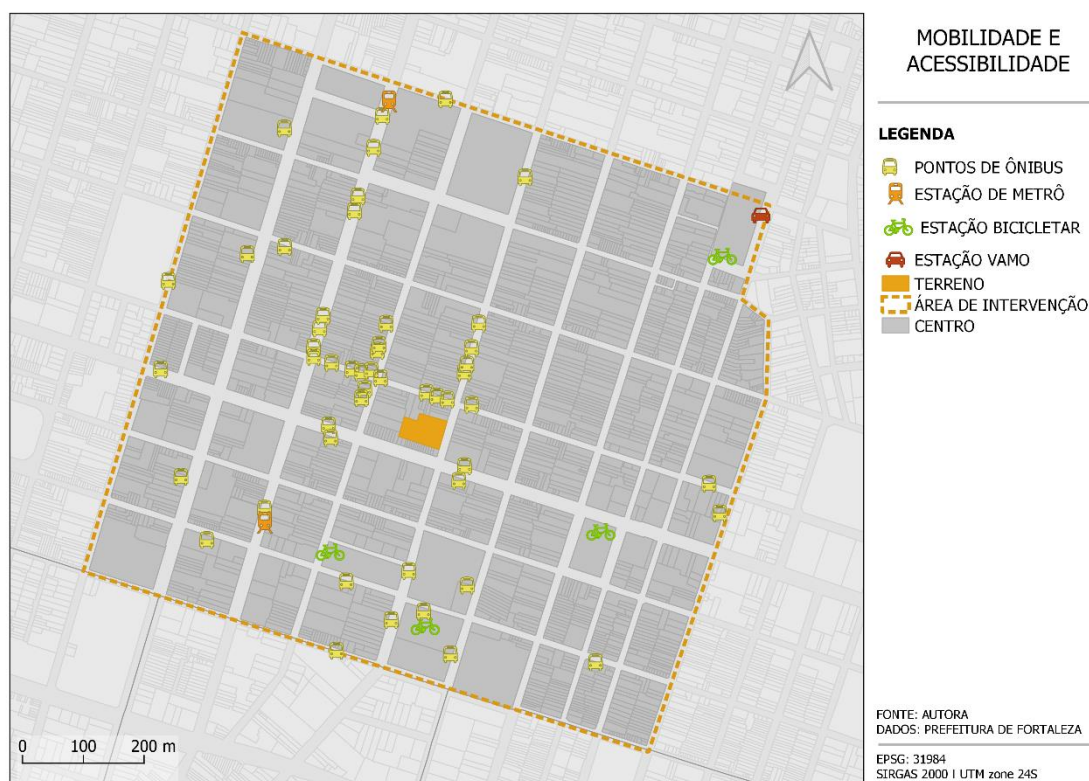
Como a rua de acesso ao terreno é classificada como Rua Comercial, seus recuos diferem de vias residenciais, sendo 5m de Recuo Frontal, 3m de Recuo Lateral e 3m de Recuo de Fundo.

O próximo mapa (Mapa 10), mostra a mobilidade na área de intervenção, na qual é possível observar que nas ruas próximo ao terreno passam linhas de ônibus e micro-ônibus e há diversos pontos de parada para esses transportes públicos.

³ São consideradas vias que interligam áreas de grande tráfego distribuindo-o melhor com padrão de fluidez (FORTALEZA, 2017).

⁴ Que consiste em vias que fazem articulação intermunicipal e interbairros a fim de interligar áreas e distribuir melhor o tráfego (FORTALEZA, 2017).

Mapa 10: Mobilidade e acessibilidade da poligonal de análise



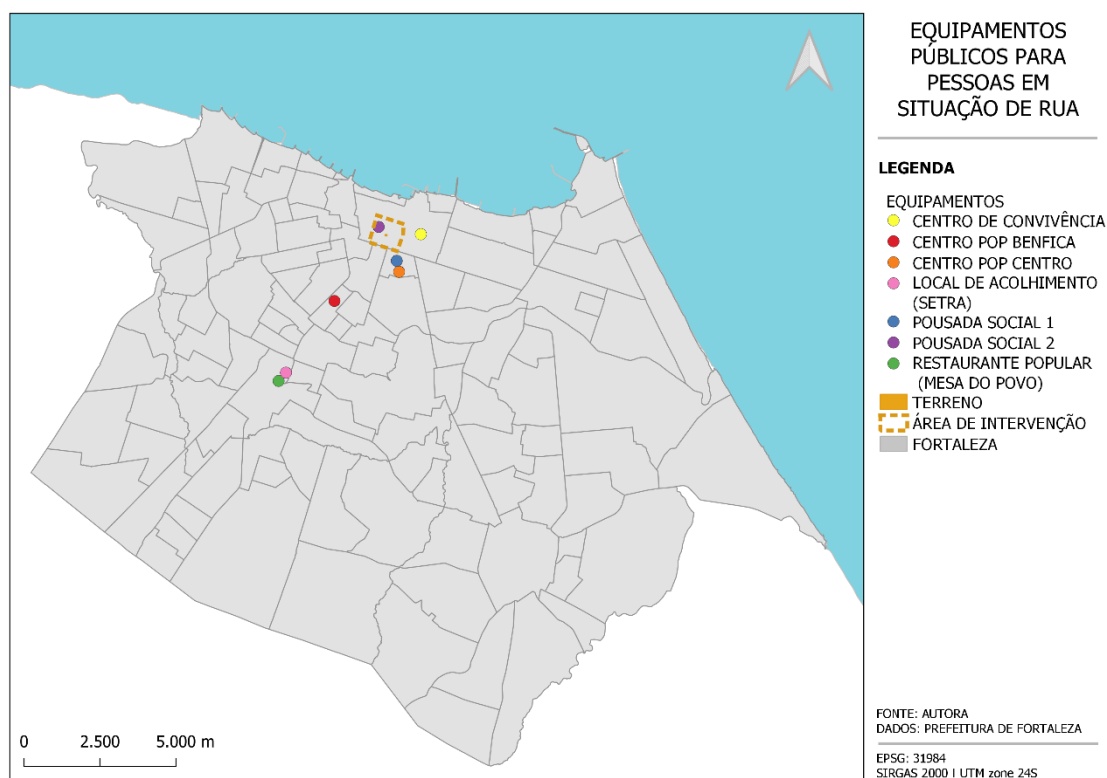
Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

Já no modal de veículo sobre trilhos é possível observar que dentro da área de intervenção passa a Linha de Metrô Sul, com a Estação São Benedito, mais próximo ao terreno, e a Estação José de Alencar, a quatro quarteiros de distância. Há também um modal de transporte alternativo de carros elétricos, a estação VAMO, na Praça do Ferreira, e por fim, já fora da área de intervenção, porém próximo a ela, existe ainda um terminal de ônibus, o Terminal Coração de Jesus, que é um terminal importante de grande fluxo.

É possível observar que há grande integração entre diferentes modais na área em estudo e próximo a ela, o que permite grandes possibilidades de deslocamento facilitado tanto para pontos mais distantes, como para locais próximos.

Apesar de estar localizado em uma área favorável urbanisticamente, o mapa seguinte (Mapa 11) mostra o levantamento dos equipamentos públicos voltado as pessoas em situação de rua em toda Fortaleza.

Mapa 11: Equipamentos públicos voltados para pessoas em situação de rua.



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

É possível observar que existem somente 7 equipamentos disponibilizados pela Prefeitura que dão assistência a essa parcela da população, sendo eles: o Centro de convivência na Av. Dom Manuel, 720, Centro, que realiza atividades de sociabilidade e convivência, cursos profissionalizantes, serviços de lavagem e secagem de roupa e alimentação; Centro POP Benfica, localizado na Avenida João Pessoa, 4180, no bairro Damas e o Centro POP Centro na Rua Jaime Benévolo, 1059, no bairro Centro. Os dois últimos disponibilizam serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, realizar higiene pessoal, atividades socioeducativas e artísticas e atendimento especializado por profissionais. Além desses equipamentos públicos há ainda um local de acolhimento (SETRA) na Av. Osório de Paiva, 02, Parangaba – que disponibiliza quatro refeições diárias, atendimento as necessidades de higiene e limpeza e segurança durante o sono – e duas pousadas sociais, uma localizada na Rua Solon Pinheiro, 898, Centro e outra localizada Av. Imperador, 775 – Centro, com o serviço de abrigo durante

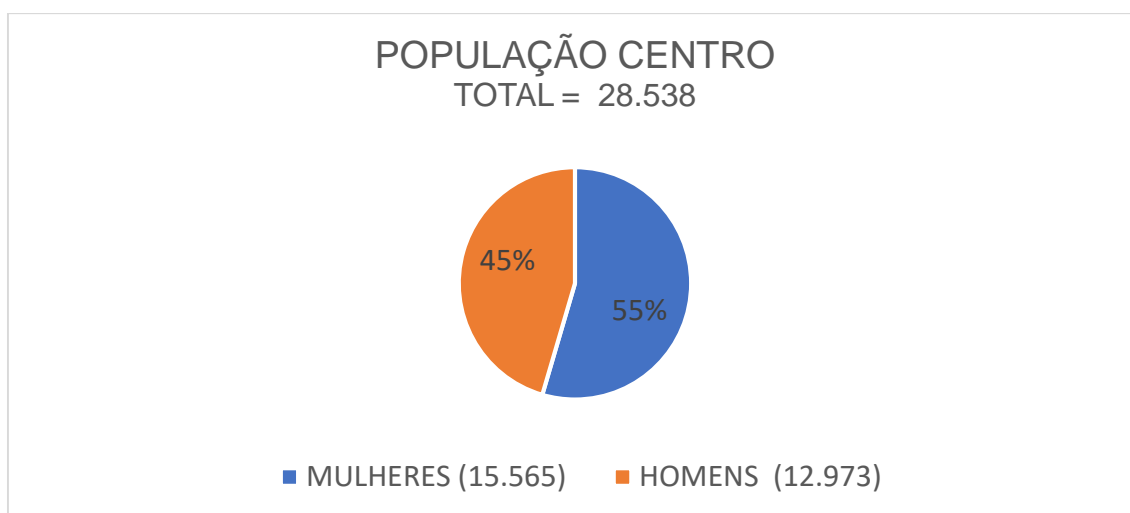
a noite. Por fim, o Restaurante Popular na Rua Carlos Amora, 07, Parangaba, que serve almoço por um valor simbólico de R\$ 1,00.

Apesar de quatro dos sete equipamentos públicos se localizarem relativamente próximos a poligonal de estudo, e somente um dentro da área de estudo, ainda sim seus atendimentos não suprem a demanda de pessoas em situação de rua localizadas no Bairro Centro.

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso visa oferecer um complemento aos equipamentos existentes, proporcionando em menor escala as necessidades básicas dessa população, e promovendo serviços ainda não oferecidos pela Prefeitura, voltados para social e psicológico do usuário. Sua localização ajuda, também, na união entre os equipamentos que ofertam diferentes atendimentos e atuam, por fim, em conjunto.

No que diz respeito aos dados socioespaciais, devido ao crescimento do bairro é possível observar seu adensamento e o elevado número de pessoas que vivem no Centro (Gráfico 01), com 28.538 pessoas, com a predominância do gênero feminino, com 15.565 mulheres em contraposição à 12.973 homens, conforme os dados fornecidos pelo IBGE no Censo de 2010.

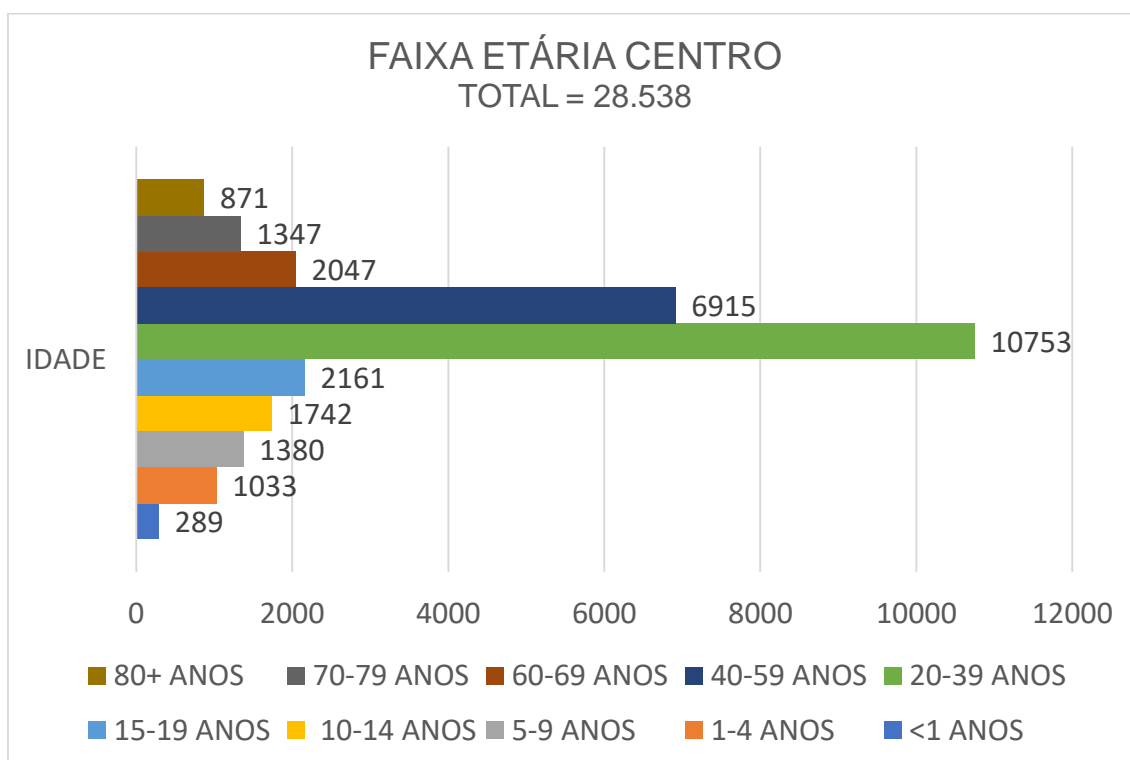
Gráfico 1: População do Bairro Centro



Fonte: Autora. Base de dados: SIMDA, Prefeitura de Fortaleza 2010.

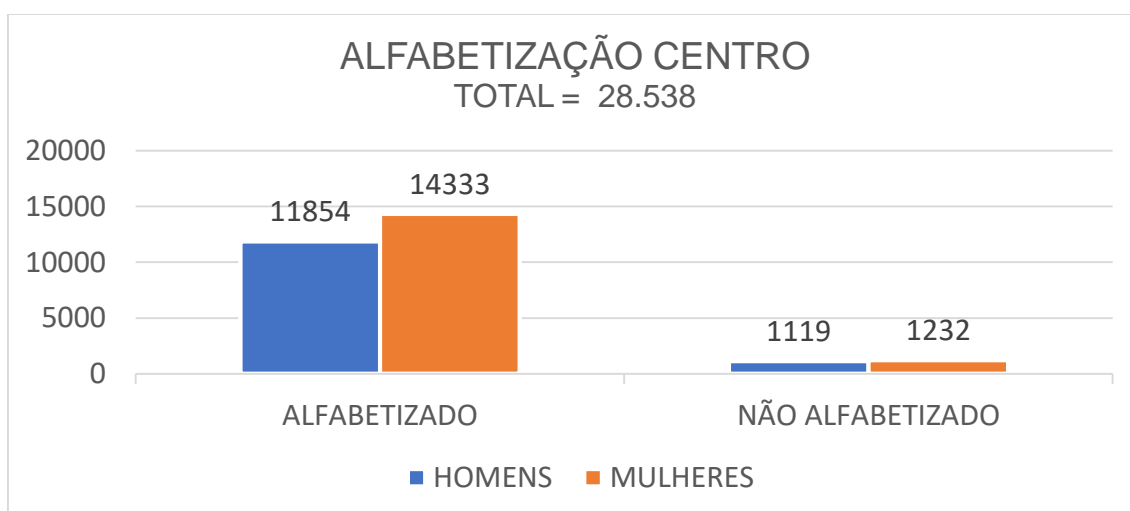
A faixa etária do Centro é predominantemente de jovens e jovens adultos, com 10.753 pessoas na faixa de 20 a 39 anos, seguida por 6.915 pessoas na faixa dos 40 a 59 anos.

Gráfico 2: Faixa etária do Centro



O bairro apresenta também alto índice de alfabetização, sendo 14.333 mulheres alfabetizadas e somente 1.232 não alfabetizadas e 11.854 homens alfabetizados e 1.119 não alfabetizados

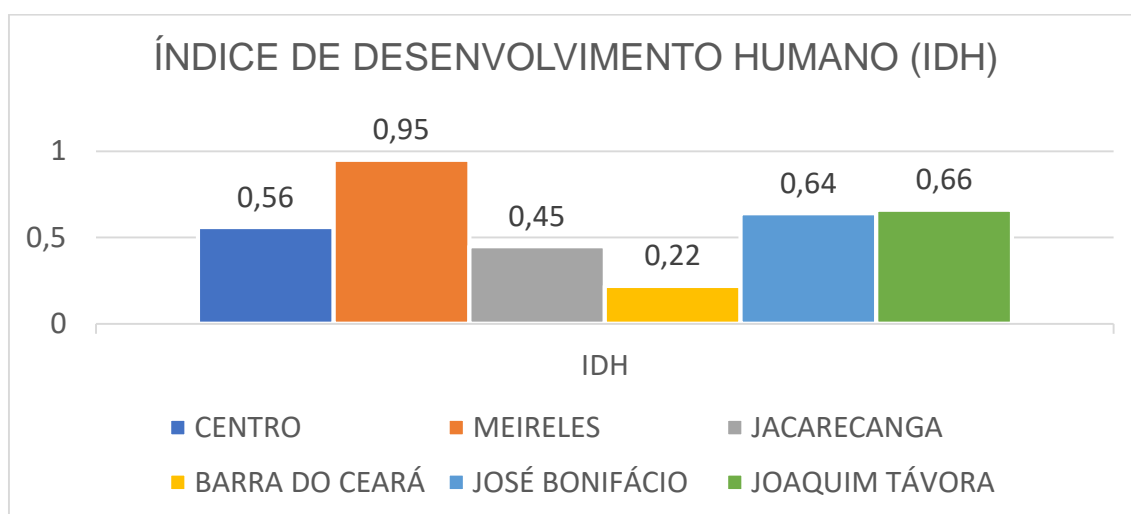
Gráfico 3: Alfabetização de homens e mulheres do Bairro Centro



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza 2010.

Por fim, o Centro apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mediano, de 0,56, comparado a bairros de entorno, como o José Bonifácio com 0,64; Joaquin Távora com 0,66; a Jacarecanga com 0,45 e bairros como o Meireles com índice altíssimo de 0,95 e a Barra do Ceará, cujo índice é abaixo da média com 0,22.

Gráfico 4: Índice de desenvolvimento humano do Centro e Bairros influentes

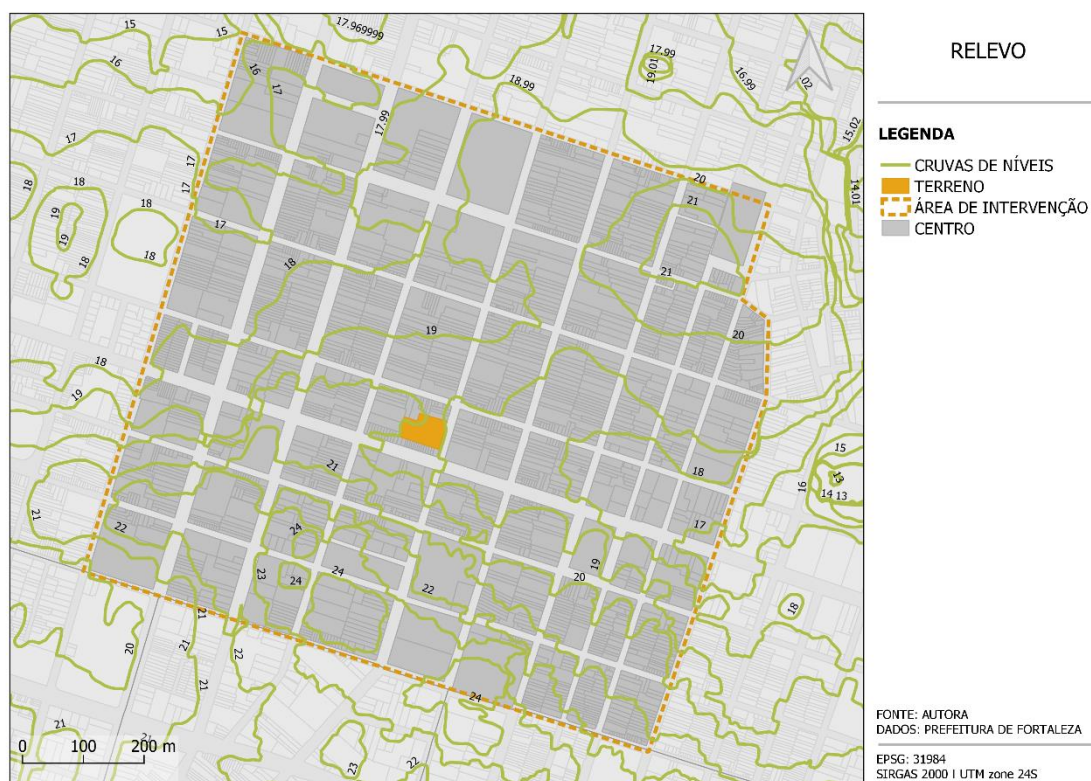


Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza 2010.

4.3. Aspectos físicos e ambientais da área de estudo e do terreno de intervenção

Analisando os aspectos físicos e ambientais da área de estudo e do terreno, percebe-se que a topografia do terreno é pouco acidentada, apresentando um metro de desnível total, do nível 20 para o 19 (Mapa 12), apesar do Bairro Centro apresentar alguns desníveis maiores, ao se observar a proximidade das curvas de nível em alguns pontos do mapa.

Mapa 12: Curvas de níveis da poligonal de análise



Fonte: Autora. Base de dados: Prefeitura de Fortaleza.

O terreno relativamente plano ajuda no seu maior aproveitamento para atender as necessidades do equipamento que será proposto.

Na área de estudo não se encontra corpos hídricos, embora o Bairro Centro em sua totalidade esteja localizado na Bacia de Vertente Marítima, que tem seu escoamento das águas para o mar e abrigue um recurso hídrico de valor histórico para a cidade, o Riacho Pajeú. A vegetação existente é escassa, apenas algumas árvores ainda dentro do terreno que tem seu uso atual como estacionamento (Figura 13).

Figura 13: Vista superior via satélite do terreno



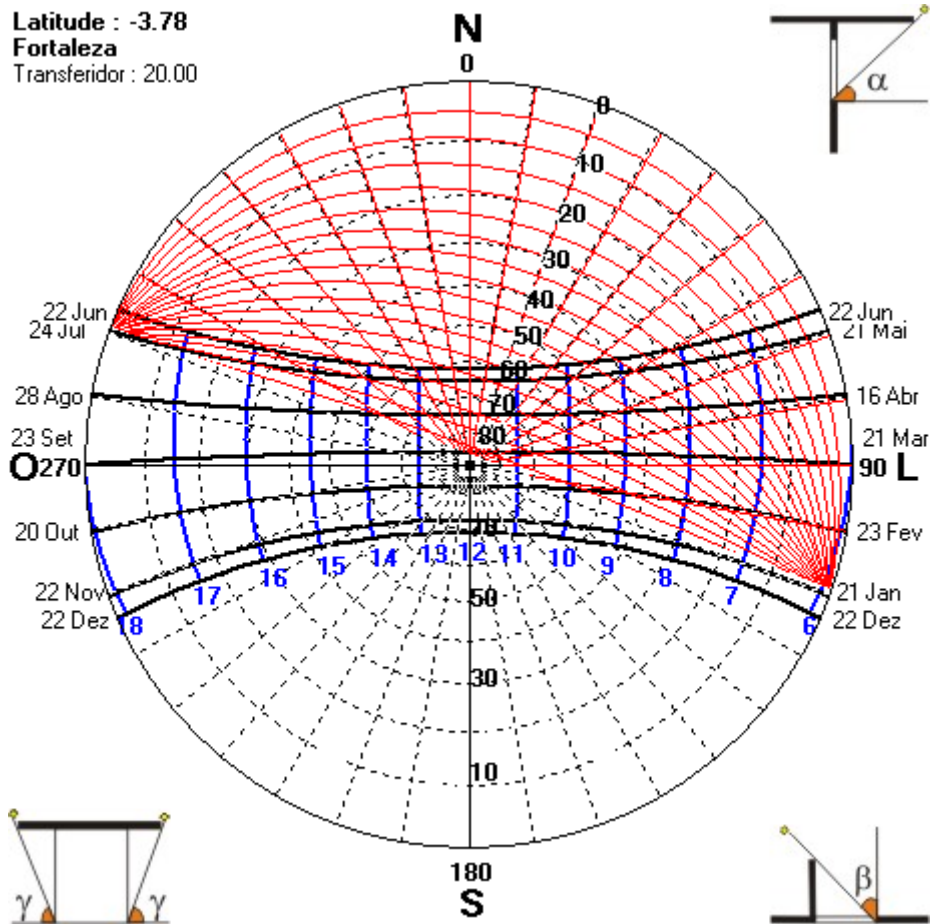
Fonte: Google maps com modificação da autora.

Analisando o conforto térmico do local, é possível observar que a face que recebe maior insolação, de janeiro a julho, entre 5:40hs e 17:40hs, é a nordeste, onde se localizava a entrada da casa (Figura 24). Já a face voltada para a via, sudeste (Figura 25), de dezembro a junho, recebe insolação de 5:40hs a 12:30hs, aproximadamente. Por sua vez, a ventilação predominante por todo o ano é sudeste e leste, porém há fortes ventos vindos noroeste (fachada da entrada) e do Sudoeste, podendo ser considerada um terreno ventilado.

Tendo em vista a análise climática do terreno, é possível concluir que sua localização permite maior aproveitamento das condicionantes naturais, uma vez que este se encontra inclinado na direção Sudeste-Noroeste, apresentando ainda uma massa arbórea conservada que possibilita uma grande área de sombreamento, que se pretende aproveitar ao máximo no projeto (Figura 26).

Figura 14: Fachada Nordeste

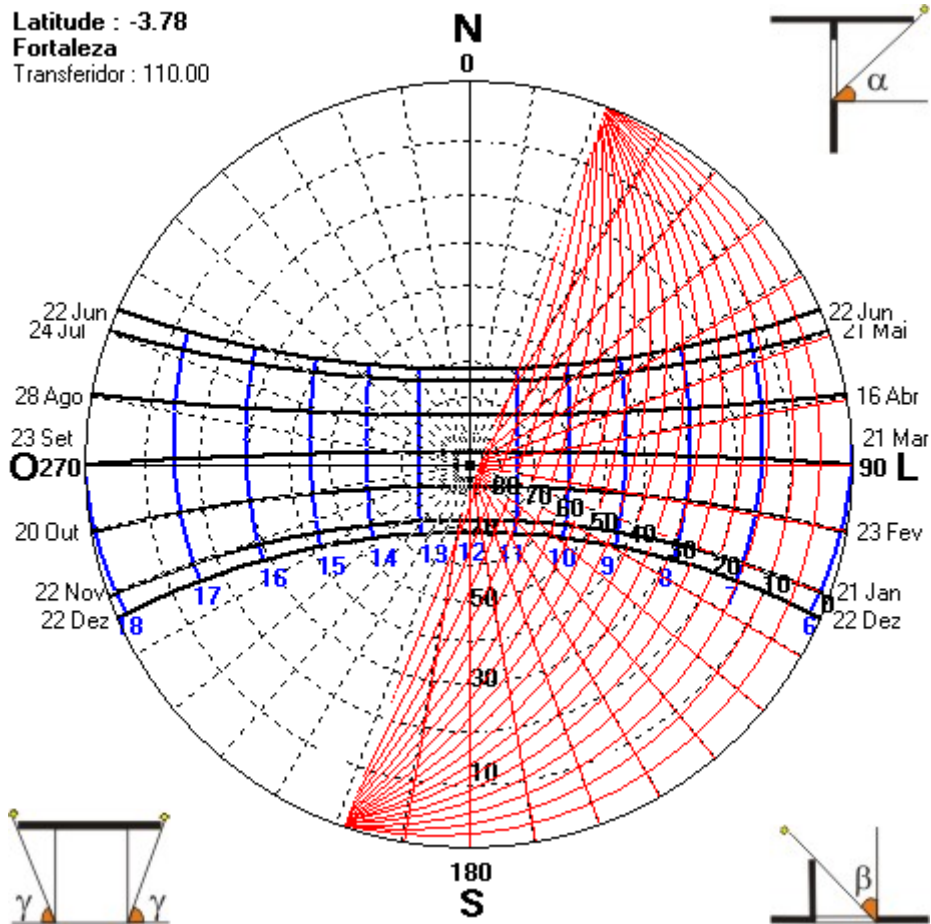
Latitude : -3.78
 Fortaleza
 Transferidor : 20.00



Fonte: SOL-AR e autora.

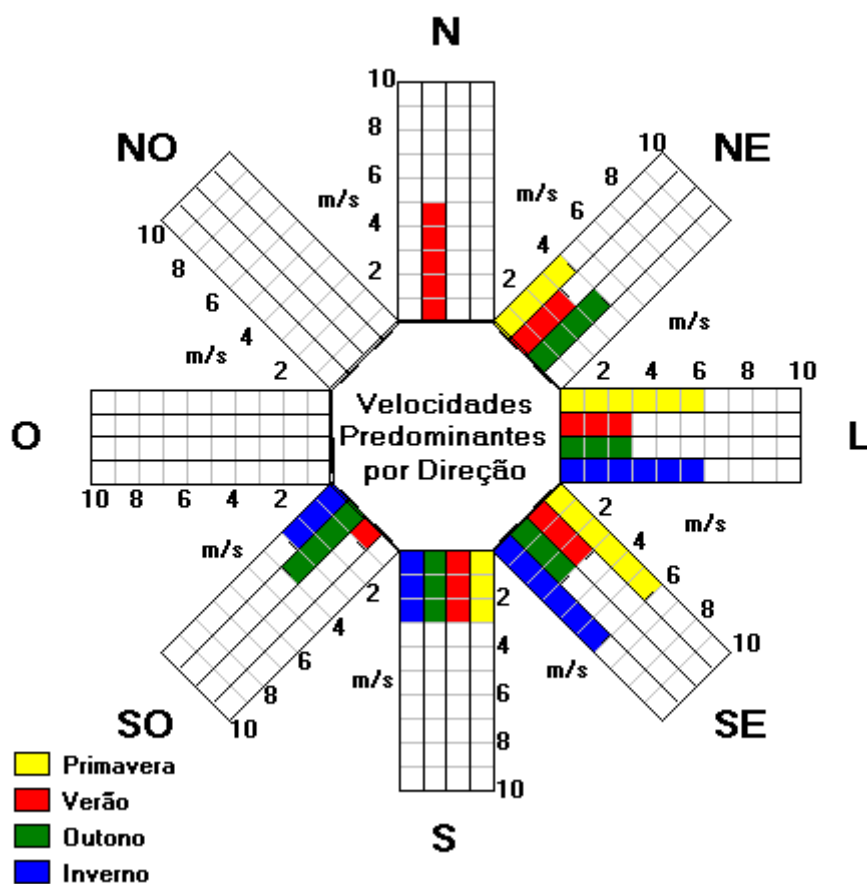
Figura 15: Fachada Sudeste, principal

Latitude : -3.78
 Fortaleza
 Transferidor : 110.00



Fonte: SOL-AR e autora.

Figura 16: Rosa dos ventos de Fortaleza



Fonte: SOL-AR e autora.

4.4. Síntese diagnóstica

Atualmente, o Centro é o bairro com maior concentração de pessoas em situação de rua, de acordo com o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) no Guia de atuação (2017), e o equipamento proposto abarcaria esse público, majoritariamente adulto, perto da sua área de convivência e ajudaria a dar apoio social e psicológico a essas pessoas.

As redondezas do equipamento são visivelmente de comércio varejista, o que é considerado um grande potencial de trabalho futuro, após a ajuda de inserção dessas pessoas de volta a sociedade. É um bairro com bastante infraestrutura, com mobilidade completa, permitindo deslocamento facilitado para toda a cidade, visto que os terminais, metrô, paradas e estações de bicicletas compartilhadas são próximas ao projeto e permitem essa integração.

Apesar de sua predominância ser comercial, dentro da poligonal de estudo é possível identificar diversos equipamentos públicos, como hospitais, bancos, praças, escolas e centros religiosos, que auxiliam uma relação e uso da cidade de forma digna como cidadão participante de uma sociedade.

Por fim, é importante salientar que a área escolhida tem um ótimo contexto, visto que seus parâmetros urbanísticos permitem o maior aproveitamento do terreno, assim como seus desníveis sutis que possibilita uso máximo e ligação facilitada com o patrimônio cultural edificado do entorno. Por fim, o terreno apresenta uma boa situação de conforto térmico, propiciada pela grande massa de vegetação arbórea e pela ventilação cruzada por ser orientado em direção aos ventos predominantes.

O local escolhido para o equipamento é estrategicamente localizado em uma área de maior concentração de pessoas em situação de rua e equipamentos de apoio existentes voltadas para esse público, criando uma rede de apoio. Além do seu local beneficiar as pessoas, ele beneficia também ao patrimônio, visto que é uma área concentrada com edifícios históricos que podem vir a abrigar ou já abrigam outros equipamentos semelhantes com o proposto.

5. O SOLAR DAS TRÊS MARIAS: UMA HISTÓRIA INTERROMPIDA

5.1. Contexto histórico

O atual Bairro Centro de Fortaleza, assim como em diversas cidades, era o núcleo urbano original. O lugar tem a particularidade de ainda conservar o traçado implementado na segunda metade do século XIX, seguindo o Plano de Adolfo Hebster (1859).

Esse plano, que seguiu o traçado original xadrez, proposto por Silva Paulet, foi elaborado num momento em que se tentava organizar o espaço da cidade, quando, na virada do século XIX para o XX, o processo de expansão adicionou outra característica para seu crescimento, a preocupação com a higiene e saneamento ambiental, além de ações de embelezamento, que procuravam seguir uma estética europeia, com a construção de cafés, jardins e monumentos.

Em 1875, foi elaborado mais um plano por Adolfo Hebbster, no qual foram projetados Boulevares para a cidade, os quais eram ruas largas que limitavam o núcleo urbano da cidade, sendo elas o Boulevard do Imperador (Avenida do Imperador), o Boulevard da Conceição (Avenida D. Manuel) e Boulevard do Livramento (Avenida Duque de Caxias), até hoje importantes vias no Centro (COSTA, 2017).

E é próximo a um desses Boulevares que a edificação que era objeto de estudo desse trabalho se localizava. O Casarão dos Gondim, também conhecido como o “Solar das três Marias”, ficava próximo ao Boulevard do Livramento (Av. Duque de Caxias) e foi construído em 1912 por Arlindo Grangeiro Gondim para sua esposa Guilhermina Hermes Monteiro e seus filhos Maria de Lourdes Hermes Gondim e José Monteiro Gondim.

A edificação foi erguida em um momento em que se verificou o aumento a quantidade de edificações comerciais no Centro, o que afastou a elite do local e levou à sua mudança para os bairros do entorno, como a Jacarecanga e Benfica. É interessante observar que o edifício, considerado de alto padrão na época, foi construído um pouco mais distante da Praça do Ferreira, que, naquele momento, já concentrava uma grande quantidade de edifícios comerciais (ANDRADE, 2012).

A partir desse momento, o Centro foi sendo modificado e se tornou predominantemente comercial. Devido a seu histórico abastado, o bairro ainda hoje é dotado de infraestrutura, saneamento, distribuição de água, energia, coleta de lixo, além de ser extremamente bem localizado e possuir inúmeras linhas de ônibus que passam pelo local.

Com todo esse crescimento e expansão, a Rua General Sampaio, onde se localizava o edifício, de acordo com a Instrução de Tombamento elaborada pela SECULTFOR (2020), foi considerada uma das artérias da cidade. E apesar da mudança de uso que gradualmente se instalava no Centro, o Casarão dos Gondim podia ser considerado bem localizado, já que ficava próximo aos novos bairros e também perto de edificações importantes como o Theatro José de Alencar.

A edificação se situava nas proximidades dos limites do bairro Centro, perto do Benfica, José Bonifácio, Farias Brito e Jacarecanga. Era bem localizada no bairro, próxima a elementos estruturantes e geradores de fluxos, além de

estar inserido em um local de visibilidade histórica, pois localiza-se na vizinhança de outras edificações relevantes, como a Casa do Barão de Camocim, a antiga sede da Rádio Uirapurú, o edifício Solar Carvalho Mota e a Casa de Juvenal Galeno.

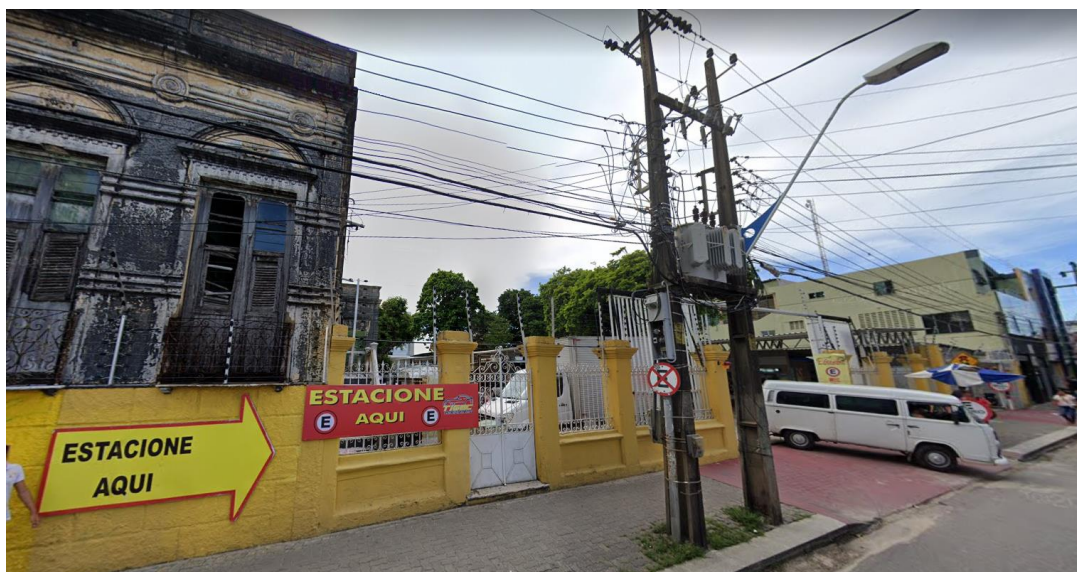
O casarão dos Gondim situava-se no limite do lote na extremidade sudeste, com aproximadamente 39m de largura por 70m de profundidade (Figura 7). O terreno ao lado da edificação era um amplo jardim que atualmente é utilizado como estacionamento (Figura 18).

Figura 17: Imagem do Casarão dos Gondim atualmente



Fonte: Google Street View

Figura 18: Imagem do antigo jardim atualmente funcionando como estacionamento.



Fonte: Google Street View.

O edifício foi construído no início do século XX, quando ainda predominava a referência arquitetônica do Ecletismo, que se tratava de um “projeto político de adequação do Brasil à lógica de progresso europeu.” (FORTALEZA, 2020).

O Casarão estava inserido na Rua General Sampaio nº 1406, antiga rua da Cadeia. Anteriormente, segundo as netas de Arlindo, Maria Tereza Gondim e Maria Guilhermina Gondim, a edificação era térrea e ao seu lado existia uma lagoa, que durante fortes chuvas inundava a casa. Por causa do alagamento, o Coronel decidiu elevar a construção para o modelo de porão alto e posteriormente aterrar a lagoa.

“O imóvel é constituído por dois pavimentos principais e uma área lateral que no projeto original era ocupada por um jardim projetado. O pavimento superior é dividido em quatorze ambientes, sendo eles: uma antessala, a entrada da casa, uma sala de visitas, um santuário, quatro quartos, um corredor, uma sala de jantar, uma dispensa, uma cozinha e dois banheiros. O porão alto funciona hoje como depósito, com algumas divisórias, formando alguns ambientes separados. Sua arquitetura e características demonstram o interesse na idealização de um casarão que deveria transparecer exuberância. (FORTALEZA, 2020, pg. 14).”

A exuberância podia ser verificada principalmente na escada de acesso à edificação e no lavatório (Figura 19 e 20) localizado dentro da casa, ambos construídos em mármore, material caro na época. Arlindo foi um grande

empreendedor com negócios em extração mineral e transporte seguro, com posse de diversas propriedades e uma importante marmoraria.

Figura 19: Lavabo de mármore, localizado na antessala da casa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2020

Figura 20: Escada de Mármore da entrada lateral da casa.



Fonte: Instrução de tombamento do Casarão dos Gondim. 2020.

Dessa forma, a edificação era enquadrada na tipologia “Casa de porão alto”, pois foi erguida sobre um porão semienterrado com o pavimento principal elevado a dois metros do nível do passeio. A residência foi construída no limite leste e sul do lote e tem seu acesso lateral por uma escadaria em mármore, uma crescente renovação construtiva, a transição entre os velhos sobrados e as casas térreas (REIS FILHO, 2014). Além da entrada lateral, havia um jardim no terreno, que era mais facilmente encontrado em casas afastadas do centro, distinguindo-se das demais residências no entorno, onde a lógica de loteamento não permitia tão comumente esses jardins (FORTALEZA, 2020).

De acordo com Nestor Goulart Reis Filho, no livro Quadro da arquitetura no Brasil (2014), a tipologia de porão alto permitia essa aproximação da residência com as ruas sem perder a intimidade, diferente das casas térreas que eram coladas no limite das ruas ou afastadas minimamente das vias públicas. O jardim lateral, um elemento paisagístico destinado a ampla iluminação e arejamento, onde somente as mais abastardas famílias podiam construir com

essa tipologia, era combinado com o deslocamento da entrada principal para a lateral da casa, acessada por uma escadaria muitas vezes em mármore com paginação de piso em xadrez preto e branco, formando essa nova implantação. Essa tipologia foi bem mais comum no Rio de Janeiro e em São Paulo, local onde as tendências europeias se manifestavam primeiro, como é possível ver na Casa da família Ferraz no Rio e o Casarão de 1900 em São Paulo (Figura 21 e 22).

Figura 21: Casa da família Ferraz



Fonte: brasilianafotografica.com

Figura 22: Casarão de 1900



Fonte: saopauloantiga.com

A casa passou por diversas reformas e adaptações de acordo com seu uso, os usuários e o passar dos anos. Foi um imóvel que passou para a filha e seu marido, Maria de Lourdes Gondim e José Leite Gondim Filho, que tiveram 13 filhos e posteriormente foi alugado, o que também provocou as alterações no edifício.

O Casarão dos Gondim era uma das poucas tipologias residenciais dessa época que chegaram à atualidade com um grau moderado de conservação das suas principais características e se encontrava em processo de tombamento, portanto, em tombamento provisório.

Ressalta-se que além do aspecto material que possibilita compreender um período importante do passado da cidade, existe, também, o aspecto imaterial, representado pelo papel da Família Gondim na música de Fortaleza. A residência foi o local de encontros musicais, influenciados pela educação da época, que incluía o ensino do piano às mulheres jovens de classe alta, as quais tocavam o instrumento em casa no fim da tarde. Por consequência, no final do

século XX os costumes musicais foram implantados na família Gondim, que proporcionou o ensino da filha Maria de Lourdes Hermes Gondim no Colégio La Ruche, onde se aprendeu a língua francesa e sua música.

Maria de Lourdes, casada com seu primo Dr. José Leite Gondim Filho, teve 13 filhos, mas somente 11 chegaram a fase adulta. Toda a família foi iniciada na música e cresceram em ambiente musical, e mais tarde, três de suas filhas, Maria Guilhermina, Maria Suzana e Maria Margarida, formaram um conjunto chamado “As Três Marias”, onde cantaram em escolas da cidade e programa de rádio, até duas das irmãs chegarem a fase adulta e cada uma seguir sua vida patrimonial, levando ao fim do grupo.

Além das “Três Marias”, seu filho mais novo, Francisco de Paula Gondim (Paulo Gondim), se tornou um importante músico, compositor, maestro arranjador e pianista brasileiro. Foi professor em importantes universidades e orquestras, como a Escola de Música da Universidade Federal da Bahia e a Orquestra Sinfônica da Bahia.

“A família Gondim se enquadra dentro de um privilegiado grupo de músicos em Fortaleza, que estavam a compor o cenário cultural da cidade. Os Gondins, em meio a outros grandes nomes da música cearense, que exportaram para todo o Brasil a nossa arte, foram grande potência musical.” (FORTALEZA, 2020, pg. 26).”

Nesse sentido, concorda-se com o que está exposto na Instrução de Tombamento do Imóvel, ao se afirmar que o

“Casarão dos Gondim é um relevante patrimônio cultural de Fortaleza e sua preservação é necessária, para sempre nos lembrar e permitir questionar os valores, costumes, sons e sentidos de outros tempos, permitindo, em especial, olhar para o que é nosso. (FORTALEZA, 2020, pg. 14).”

5.2. Análise arquitetônica

Conforme a Instrução de Tombamento do Casarão dos Gondim (2020), o bem se assemelhava às composições implantadas no Ceará, com um ambiente composto pelo volume principal com o hall de entrada que se dava para as antessalas e sala de visitas, santuário, três quartos com acesso pelo corredor e sala de jantar com acesso para outro cômodo, cozinha e banheiro. Porém difere em alguns aspectos, como o uso do porão elevado e a locação da edificação no

terreno, a qual era pouco usual na cidade, porém comum em algumas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Reis Filho (2014), as maiores residências tinham esse jardim lateral como forma de arejar e iluminar a edificação e ressaltar o nível social em que se encontra. Além da tipologia de porão alto que transfere a entrada da casa para a fachada lateral, permitia, também, a proteção da intimidade com uma altura discreta na fachada da rua. Elementos esses, que diferiam totalmente das tradições brasileiras cultivadas até então.

Segundo as informações encontradas na Instrução de Tombamento (2020), a casa tinha duas fachadas principais visíveis bem-marcadas com características de influência neoclássica, sendo a lateral a entrada principal, a qual é caracterizada por platibandas com cornija, ornamentadas e decoradas com ornato de formato circular. A abertura das esquadrias seguia um ritmo regular, apresentando-se de forma diferente na fachada frontal (sudeste) e lateral (nordeste).

A fachada sudeste, voltada para a Rua General Sampaio, apresentava três janelões com vergas retas, com duas folhas compostas por venezianas de madeira e visor de vidro, emoldurados de flores e arcos plenos com frisos. Também possuía a mesma tipologia das esquadrias da fachada lateral, com sacada arrematada por um guarda-corpo em ferro e detalhes fitomórficos. Localizavam-se sobre a empena cega do porão, a qual possui um acabamento rústico atualmente pintado com uma tinta inadequada na cor amarela.

A fachada nordeste abrigava a entrada da casa, cujo acesso se dava pela escadaria em mármore com guarda-corpo composto por balaústres no mesmo material. Possuía janelas de madeira com adornos fitomórficos em relevo, cuja distribuição não é simétrica como as da fachada sudeste, mas o conjunto era disposto em um ritmo harmonioso. As janelas externas encontravam-se em estado de degradação, quebradas, com a madeira danificada, a pintura descascada e escurecida pela ação das intempéries.

Antes existia um volume menor, próximo ao principal, com coberta de madeira de carnaúba e telha cerâmica, onde se localizava a cozinha, despensa, dois banheiros e acesso a área externa. Suas esquadrias eram compostas por muxarabis, elemento proveniente da arquitetura árabe muito utilizado na arquitetura do período colonial brasileiro

Sua arquitetura se adequava a condições bioclimáticas e culturais da região do Nordeste, com soluções construtivas e elementos locais, típica morfologia do início do século XX. Com o passar dos anos, se encontrava em estado de degradação, com pinturas e esquadrias danificadas, que, no entanto, não chegavam a descaracterizar o edifício.

É importante explicar o famoso lavatório em mármore, já citado no texto, pois sua construção foi realizada em um momento em que a preocupação com a higiene era constante devido a epidemia de varíola ocorrida no início do século XX e ainda presente na memória da cidade. O elemento em questão estava situado próximo à entrada, sendo também uma peça de ostentação do status social da família, pois sua estrutura era toda trabalhada em alto relevo com desenhos e ornamentos diversos (FORTALEZA, 2020).

Outro elemento notável no casarão era o piso da residência, visto que em toda sua extensão variava entre o mármore, material nobre que mostrava o status social da família; a madeira entalhada, estruturada por vigas e barrotes também de madeira e localizadas nos aposentos íntimos da família, e, por fim, o piso de mosaico, feito de ladrilho hidráulico, o qual era o responsável por marcar vários dos aposentos, formando diferenciação de ambientes, com texturas, formas e desenhos (FORTALEZA, 2020).

E, por fim, o elemento esquadria, que trazia muita elegância à casa pelos seus ricos adornos. Eram divididas em quatro tipos, as esquadrias de veneziana e vidro, presentes na fachada frontal, que juntas mantinham uma sequência ritmada com sacadas proeminentes com guarda-corpo; as esquadrias de veneziana e bandeirola com vitral em arco pleno, na fachada lateral, composta de folhas de madeira móvel, vitral em arco pleno na parte superior da janela e sua moldura em relevo seguindo o padrão de arco de bandeirola; as esquadrias de madeira e bandeirola de ferro, na fachada lateral, com folhas móveis e bandeirola de ferro com decorações e envolta por moldura decorada com frisos e dentículos. Por fim, a esquadria continuava em veneziana e treliças, encontrada no volume posterior da casa, composta inteiramente de madeira dividida em folhas de madeira e muxarabis (FORTALEZA, 2020).

A demolição do Casarão dos Gondim

O Casarão foi demolido no final de semana do dia 17 de julho de 2021 e foi noticiado em diversos jornais on-line, como o Diário do Nordeste, O Povo, Portal G1 e na página do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE), como é possível ver nas figuras a seguir (Figuras 23, 24, 25, 26 e 27).

Figura 23: Reportagem Diário do Nordeste



Diário do Nordeste

bet365

Casarão dos Gondim é demolido no Centro de Fortaleza, mesmo em processo de tombamento

13 de julho de 2021

O imóvel, localizado na Rua General Sampaio, completaria 110 anos em 2022. Os responsáveis podem ser punidos, segundo a Secultfor



Colunistas

NEWSLETTER
Inscreva-se para receber as últimas notícias em seu e-mail.

E-mail:

EDIÇÃO DO DIA
Faltam apenas alguns minutos para o início da edição do dia.

Diário do Nordeste
Mortes por Covid têm redução de 75% no CE

Confirma um descaço muito grande pelo patrimônio material e imaterial também. Inclusive, você vê na imagem sendo desalignada, e propósito de conservação, restaurarem. A muito para quem fez e demolição é muito mais, é imbrã. Os responsáveis podem ser punidos, segundo a Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor).

O prédio foi construído por Artur de Gondim, em 1912. A filha de Artur, a socióloga Lídia Gondim – que também é professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) com doutorado em Planejamento Urbano – lamenta a perda de um patrimônio da história da sua família e da cidade: “Foi uma surpresa, e devastadora”.

“
Confirma um descaço muito grande pelo patrimônio material e imaterial também. Inclusive, você vê na imagem sendo desalignada, e propósito de conservação, restaurarem. A muito para quem fez e demolição é muito mais, é imbrã. Os responsáveis podem ser punidos, segundo a Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor).
”

A Secultfor informou, em nota, que teve ciência da demolição do Casarão dos Gondim, na noite do último sábado (17). A pasta irá comunicar o fato à Agência de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico do Estado do Ceará (Aprel) responsável pela fiscalização do Patrimônio Histórico-Cultural da capital cearense, para que sejam realizadas as devidas averiguações e aplicação das sanções.

“A Aprel informa que, de acordo com o Código da Cidade (Lei Complementar nº 230/2019), executar obra ou serviço de reparo sem a devida licença é considerado infração de natureza grave, punida com multa, que pode variar de R\$ 135,00 a R\$ 21.600,00”, completa a Secretaria.

Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/casarao-dos-gondim-e-demolido-no-centro-de-fortaleza-mesmo-em-processo-de-tombamento-1.3111396>.

Figura 24: Reportagem CAU/CE

CAU/CE Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará

SERVIÇOS ONLINE INSTITUCIONAL LEGISLAÇÃO TRANSPARÊNCIA FISCALIZAÇÃO COMUNICAÇÃO PRECIFICAÇÃO DÚVIDAS

CAU/BR

Home » Destaque » Notícias CAU/CE recentes » Sem categoria » CAU/CE apresenta denúncia ao Ministério Público sobre demolição ilegal de patrimônio histórico

CAU/CE apresenta denúncia ao Ministério Público sobre demolição ilegal de patrimônio histórico

19 de julho de 2021 [Nenhum comentário](#)

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE) encaminhou denúncia ao Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) sobre a demolição ilegal de patrimônio histórico. O caso refere-se a demolição do Casarão dos Gondim, patrimônio histórico tombado provisoriamente, localizado no centro de Fortaleza, ocorrido no dia 17/07/2021.

Foto tirada no dia 17 de julho, quando o Casarão dos Gondim estava sendo demolido, mesmo em processo de tombamento (Foto: Aurelio Alves/opovonline)

Nesta segunda, 19/07/2021, a Fiscal Sarah Bastos esteve no local da demolição para averiguar a presença de responsável técnico(a). Foi constatado uma ART de profissional engenheira civil, assim como uma autorização de demolição, emitida pela Prefeitura de Fortaleza, através da Regional 12. O Conselho aguarda a investigação do Ministério Público para averiguar o alcance desse documento de autorização.

Placa de obra presente no local da demolição (Foto: CAU/CE)

OBRA: Demolição total de um imóvel
(Autorização: 177944/2021)
LOCAL: R. General Sampaio, 1436
Barro Branco, Fortaleza - CE

RESPONSÁVEL TÉCNICA:
Engenheira Civil: Cláudia Regina Ferreira Freire
CREA/CE: 10.652-D
RNP: 06011314-4
ART/EXECUÇÃO: CE20210806138
ART/PORCC: CE20210806131

CADASTRAR DENÚNCIA

FALE CONOSCO

ACHE UM ARQUITETO

SICCAU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

REGISTRO PROFISSIONAL

BENEFÍCIOS E DESCONTOS

ATHIS

INSPEÇÃO PREDIAL

ANUIDADE

MODELO DE

Fonte: <https://www.cauce.gov.br/2021/07/19/cau-ce-apresenta-denuncia-ao-ministerio-publico-sobre-demolicao-ilegal-de-patrimonio-historico/>.

Figura 25: Reportagem O Povo

Home | Jornal O Povo | O Povo Online | Notícias | Esportes | Distrito-III | Vida & Arte | Vídeos | OP. | [Assine](#) | [Pesquisar](#)

O Povo Online Notícias Esportes Distrito-III Vida & Arte Vídeos OP. [Assine](#) [Pesquisar](#)

Fortaleza

NOTÍCIA

MPCE abre processo para investigar demolição do Casarão dos Gondim

O prédio histórico, localizado na rua General Sampaio, no Centro de Fortaleza, foi demolido ilegalmente durante o último final de semana.

Por GABRIELA ALMEIDA
29/07/2021 10:03

[Compartilhe](#) [Facebook](#) [Twitter](#)



Leia Mais

Novo decreto: Restaurantes no Ceará poderão funcionar até meio-noite
15-04-2019/2021

Quarta visita centro de distribuição de vacinas em Esplanadas
15-04-2019/2021

Biden promete resgatar ategãos que ajudaram tropas dos EUA contra o Talibã
15-02-2019/2021

Mais Lidas

- 1 Público geral recebe pagamento da SP parcela do Auxílio Emergencial 2021 hoje: veja calendário
- 2 Sérgio Reis é alvo de operação e PF compra mandado no Ceará
- 3 Construções irregulares de condomínio em Fortaleza são demolidas durante operação policial
- 4 Com saída de fechamento, Etno em Fortaleza tem longa fila de consumidores: veja fotos
- 5 Governo recorre ao STF para suspender precatórios do CE e mais três estados

Prédio histórico derrubado no Centro de Fortaleza

A estrutura foi construída por Arlindo Genésio Gondim, em 1912, e completaria 110 anos em 2022. O prédio centenário abrigou por anos a família de seu construtor e estava em tombamento provisório, o que significa que já não poderia sofrer mudanças estruturais. Nessa manhã, contudo, uma equipe da CAU se deparou com o imóvel demolido, estando a antiga e histórica construção reduzida a entulhos.

Quero conteúdo exclusivo!
Tenha acesso aos nossos columnistas, grandes reportagens, podcasts, séries e muito mais.
[ASSINE AGORA](#)

Os fiscais encontraram uma denúncia ao MPCE e logo depois o órgão abriu um processo, distribuindo ele para a 136ª Promotoria de Justiça da Capital - onde será analisado. A demolição da estrutura já havia sido notada na última sexta-feira, 16, e no dia posterior a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor) tomou conhecimento do ato, afirmando à época que a demolição era ilegal.

LEIA MAIS | **Vacinómetro**: Ceará tem 15,66% da população vacinada contra a Covid-19

MAIS FORMAS DE TODO MUNDO VENDER
*** CATEGORIA: SAÚDE E BEM-ESTAR

MAIS FORMAS DE TODO MUNDO VENDER
*** CATEGORIA: SAÚDE E BEM-ESTAR

HBO MAX EXPERIMENTE GRÁTIS
[ASSINE AGORA](#)

Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/07/19/mpce-abre-processo-para-investigar-demolicao-do-casarao-dos-gondim.html>.

Figura 26: Reportagem O Povo.

Portal | Canal OPOVO | OPOVO.COM | Notícias | Opinião | Esportes | Direito | Saúde | Cultura | Arte | Vídeo | OP. |

OPOVO online Notícias Esportes Direito Saúde Cultura Arte Vídeo OP.

Fortaleza


Em processo de tombamento, casarão dos Gondim é demolido

Localizado na rua General Sampaio, no Centro, o imóvel foi construído em 1912 por Afelino Carneiro Gondim e serviu, durante muitos anos, como cenário de encontros para a música.

Compre Seda no Frangolândia [Superfrangolandia.com.br](https://www.superfrangolandia.com.br)

Por ANIELA PEREIRA
23/08/2021


2 0 f t



— Casarão dos Gondim faz parte do histórico cenário Foto: Aniele Pereira

Atualizada às 15h17min de domingo, 18 de julho

No dia de seu aniversário, a professora do curso de Ciência Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), Linda Gondim, 60, teve conhecimento de algo que não esperava: o **casarão dos Gondim**, construído por seu bisavô em 1912, Afelino Carneiro Gondim, havia sido demolido. O solar serviu de local onde a família se reunia para ouvir e até tocar piano e as filhas dela cantarem. "Infelizmente, recebi essa péssima notícia. O casarão [localizado na rua General Sampaio, no Centro de Fortaleza] estava em processo de tombamento provisório, mas foi destruído antes de ser concluído", lamenta. Com a entrada do processo de tomb, o local já não poderia sofrer alterações estruturais.



Chegou Adventure Intelligence.

O solar foi vendido em 2017 para um comerciante. A socióloga, que tem doutorado em Planejamento Urbano e é professora da pós-graduação em Sociologia, jamais imaginava que poderia vivenciar, na prática, exatamente o que estuda. O casarão se manteve igual ao que foi projetado pelo bisavô até essa sexta-feira, 16, com exceção do enorme quintal, que já tinha virado estacionamento. "A gente chamava de chácara. Ali tinha pé de manga, de manga. Eu me encontrava com os meus primos para brincar. Cortavam tudo para fazer o estacionamento", lamenta.

Quer conteúdo exclusivo?
Tenha acesso aos nossos conteúdos, grandes reportagens, podcasts, séries e muito mais.
ASSINE AGORA

LEIA MAIS | Inquilino nega demolição de imóvel centenário no Centro e fala em depredação

Antes de ir para o Rio de Janeiro, o jornalista escreveu sobre o caso. 15

Leia Mais

Novo decreto: Restaurantes no Ceará poderão funcionar até meia-noite
15-04-2020

Quebrado visita centro de distribuição de vacinas em Gamalhos
15-04-2020

Biden promete resgatar alegações que ajudaram tropas dos EUA contra o Talibã
15-03-2020

Mais Lidas

- 1 Público geral recebe pagamento do 5º parcela do Auxílio Emergencial 2021 hoje: veja calendário
- 2 Sérgio Reis é alvo de operação e PF cumpre mandado no Ceará
- 3 Construção irregular de condomínio em Fortaleza são demolidas durante operação policial
- 4 Com saída de fechamento, Eixo em Fortaleza tem longa fila de consumidores: veja fotos
- 5 Governo recorre ao STF para suspender precatórios do CE e mais três estados

MAIS FORMAS DE TODO MUNDO VENDER

MAIS FORMAS DE TODO MUNDO VENDER

Leve suas ideias a novos lugares.

Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/07/17/em-processo-de-tombamento-casarao-dos-gondins-e-demolido-em-fortaleza.html>.

Figura 27: Reportagem G1.



Demolição de casarão e queda do teto do Farol do Mucuripe denunciam falta de preservação de patrimônio em Fortaleza

O Casarão dos Gondim, foi demolido durante processo provisório de tombamento; ele não poderia ser mexido ou passar por qualquer tipo de intervenção na estrutura.

Por G1 CE
27/07/2021 17h:05 - Atualizado há 3 semanas

ESTRUTURA DO FAROL DO MUCURIFE DESABA

Casarão no Centro de Fortaleza é demolido

Prédios que são patrimônios públicos de Fortaleza sofrem por falta de preservação. Na última semana, o Casarão dos Gondim, no Centro da capital cearense, foi demolido mesmo estando em processo provisório de tombamento. Além dele, também na semana passada, parte da estrutura do farol do Mucuripe desabou. O Ministério Público do Ceará investiga ambos os casos.

O Casarão dos Gondim, por estar em processo provisório de tombamento, não poderia ser mexido ou passar por qualquer tipo de intervenção na sua estrutura. O patrimônio era um dos mais antigos de Fortaleza, e completaria 110 anos no ano que vem. De ficou conhecido como Casarão dos Gondim, carregando o nome da primeira família a ocupar o espaço.

Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/07/27/demolicao-de-casarao-e-queda-do-teto-do-farol-do-mucuripe-denunciam-falta-de-preservacao-de-patrimonio-em-fortaleza.ghtml>

De acordo com o site do CAU/CE foi encaminhada uma denúncia ao Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) sobre a demolição ilegal de patrimônio histórico, que não teve resposta até o momento. De acordo com o site do MPCE, dia 20 de julho de 2021 foi instaurado um Inquérito Civil Público (ICP), para investigar as circunstâncias envolvidas na demolição irregular e um inquérito Policial (IP) pela Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), para investigação criminal dos fatos, ainda sem conclusão.

A demolição ilegal do Casarão é uma prova que a sociedade e o Estado não respeitam os princípios de preservação e cuidado com os patrimônios

edificados da cidade e a história por trás de cada edificação, uma vez que o edifício se encontrava em estado de tombamento provisório desde 2015.

Nesse sentido, concorda-se com Di Marco e Zein (2007) no que diz respeito à importância da preservação dos bens culturais:

Preservar os bens culturais, móveis e imóveis, materiais e imateriais, é ato de proteção e respeito à obra coletiva de nossos antepassados legada à geração seguinte, implicando um vínculo com nossas raízes e nossa identidade, mantendo vivos os bens culturais, registrando e conservando objetos, edifícios e práticas para benefício da posteridade” (DI MARCO e ZEIN, 2007, p. 1)

A importância da preservação do patrimônio cultural edificado é ressaltada em documentos conhecidos como Cartas Patrimoniais, as quais contém conceitos, diretrizes e recomendações com o intuito de proteger o patrimônio cultural, por meio de técnicas amparadas por contribuições teóricas de importantes estudiosos do assunto.

Dentre esses documentos, destaca-se a importância da Carta de Veneza, elaborada em 1964, na qual é reforçada a conexão entre a preservação da obra e a conservação da história: “A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”.

Outra questão que se levanta é o entendimento comum do instrumento do tombamento como uma forma de preservação definitiva, quando este é apenas um instrumento legal, que ajuda a salvaguardar o bem, porém isoladamente não garante a sua preservação. Segundo Sônia Rabello (2015, pag. 1):

Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos.

Ainda de acordo com Rabello (2015), o tombamento é o mecanismo de preservação que garante a não destruição do patrimônio e sua proteção pelo seu porte de valor cultural de direito público, pelos entes nacional, estadual ou municipal. O importante no tombamento é o valor cultural que o bem porta, a consequência desse valor resulta em um tombamento para protegê-lo e conservá-lo.

A obrigatoriedade de conservar o bem a partir do tombamento começa assim que se inicia o processo de tombamento notificado ao proprietário, passando, assim, a ser um tombamento provisório, que tem o mesmo caráter legal do tombamento definitivo (RABELLO, 2015)

O instrumento de tombamento é um reconhecimento do valor de determinado bem e, muitas vezes, se configura como uma necessidade imprescritível para sua proteção, porém deve ser associado aos procedimentos de conservação e ao reuso do imóvel.

Uma forma de possibilitar a preservação de um patrimônio cultural edificado é reabilitá-lo, dar a ele um novo uso e assim torná-lo vivo, beneficiando os usuários do local, que passam a ter uma edificação para uso, e o edifício, que terá manutenção e cuidado maior do que se deixado sem uso.

É de entendimento comum que, quando se trata de edifícios históricos, a conservação e, algumas vezes, o restauro são essenciais, mas pouco adianta todo esse processo se o patrimônio em questão não voltar a ser utilizado.

De acordo com Lyra (2006), os edifícios que mais suportaram o passar dos anos foram aqueles continuamente utilizados. Apesar de edifícios em uso sofrerem alterações de forma a atender novas necessidades e funções, nem sempre eles modificam sua aparência, são suas sucessivas adaptações que permitem sua sobrevivência com o passar da história.

Muitas edificações foram reaproveitadas para novos usos, adquirindo valor contemporâneo e sobreviveram pelo seu valor de uso, enquanto a incapacidade de se adaptar as novas necessidades condenou maravilhosas edificações ao desaparecimento (LYRA, 2006).

No caso do objeto de estudo e projeto desse trabalho, o Casarão dos Gondim, que foi demolido no dia 17 de julho de 2021, apesar do seu tombamento provisório, é mais um exemplo de edificação que com desuso do passar dos anos foi condenada a destruição. Apesar do seu desuso o ato de demolição foi ilegal, visto que o patrimônio em tombamento provisório, e de acordo com Rabello (2015), tem efeito de conservação, conforme o art. 1º do DL 25/37, sendo proibidas, portanto, a sua mutilação, demolição ou destruição.

Dessa forma, entende-se que a preservação do patrimônio histórico edificado está vinculada a alguns pontos fundamentais: conservação, uso e proteção legal (LYRA, 2006). A falha em um desses aspectos ocasiona perdas imensuráveis, como o Solar das Três Marias, objeto de estudo em questão.

Em Fortaleza, assim como em outras cidades brasileiras, a preservação desse patrimônio esbarra em problemas que vão além desses pontos: o descaso do Poder Público e da população, que muitas vezes não se reconhece nesses

bens. Pichações, arrombamentos e destelhamentos são ações comuns em edifícios históricos, geralmente abandonados. Porém questiona-se até que ponto o fato de estar desocupado é o único fator que induz as ações de vandalismo ou se a não-valorização da história da cidade e o não-reconhecimento impactam também.

Além do descaso do poder público existe ainda a pressão do mercado imobiliário e financeiro, que buscam terrenos bem localizados, ainda que o custo a ser cobrado seja o do desalojamento de comunidades e a destruição do patrimônio cultural edificado. Defender o patrimônio, além de salvá-lo, assim como sua história, permite sua utilização futura (MONTANER,2014).

Por fim, é claramente visível que o Solar sofreu a combinação desse desinteresse, a falta de uso e o descaso do poder público, ocasionando sua destruição. Hoje, o que resta do casarão são apenas seus vestígios, as paredes do edifício marcadas na fachada lateral, marcando os ambientes e sua estruturação, que serão mantidos e ressignificados no projeto proposto.

6. PROJETO

O projeto proposto é um centro de apoio psicológico e de capacitação para pessoas em situação de rua, com público alvo adulto, atendendo a homens e mulheres, de 18 a 44 anos.

Por meio de diversas atividades o equipamento oferece a possibilidade de capacitação, integração e a socialização por meio das oficinas, além de atendimento e acompanhamento psicológico.

Além das instalações voltadas para o público alvo, o projeto também consiste na elaboração de um lugar de memória em forma de jardim aberto ao público, onde é possível visualizar os resquícios do casarão na empena e as marcações dos cômodos que um dia existiram, em forma de paginação.

6.1. Programa de necessidades

O equipamento, que terá um uso institucional, suportará um atendimento diário de 80 usuários. Para a elaboração desse dimensionamento, tomou-se como base a capacidade de atendimento do Centro POP, que é de 80 pessoas

diariamente. Porém, o equipamento proposto visa proporcionar outro tipo de atendimento.

Para abarcar todas as necessidades levantadas durante o trabalho, foi pensado um programa que contemplasse toda a parte administrativa, para manter e organizar o equipamento institucional, como a recepção, para cadastros e atendimento ao público, administração, secretaria, almoxarifado e DML.

Já para o setor de serviços, dispõe de vestiários e banheiros para todos os funcionários; a copa e o estar, onde os funcionários possam descansar em alguns momentos, em um ambiente de trabalho de qualidade. Além disso, foi proposta uma sala de triagem onde recebem as doações de roupas; a lavanderia e área de serviço, que serve para a lavagem de roupas das doações recebidas; e a cozinha onde são preparadas refeições diárias para as pessoas em situação de rua.

O programa voltado para os usuários contemplara uma “Casa do Cidadão”, ambiente para auxiliar e produzir a documentação de direito de cada pessoa; um salão de brechó, que contempla roupas e sapatos dispostos em araras, assim como em uma loja, disponíveis para os usuários experimentarem em provadores e levarem gratuitamente o que lhe é servido. Também foram propostos banheiros e vestiários para as necessidades básicas; refeitório, que proporciona refeições diárias; consultórios médicos, para atendimento simples e orientação para redirecionamento e consultório veterinários, para abraçar os usuários portadores de animais de estimação que precisam de atendimento simples ou orientação.

Por fim, ainda voltado para o público alvo, são propostas salas de oficina, voltadas para o estímulo criativo e manual; salas de terapia em grupo e individual; sala multiuso, para as necessidades diferentes que possam surgir; e salas de capacitação, que permitem ensinar, capacitar, informar e orientar.

6.2. Pré-dimensionamento e fluxograma

O pré-dimensionamento foi baseado nos ambientes ofertados e na quantidade de usuários que utilizarão com a ciência de capacidade máxima para 80 pessoas, além de utilizar o Centro POP como referência base. (Tabela 2).

Tabela 2: Programa de necessidades com pré-dimensionamento

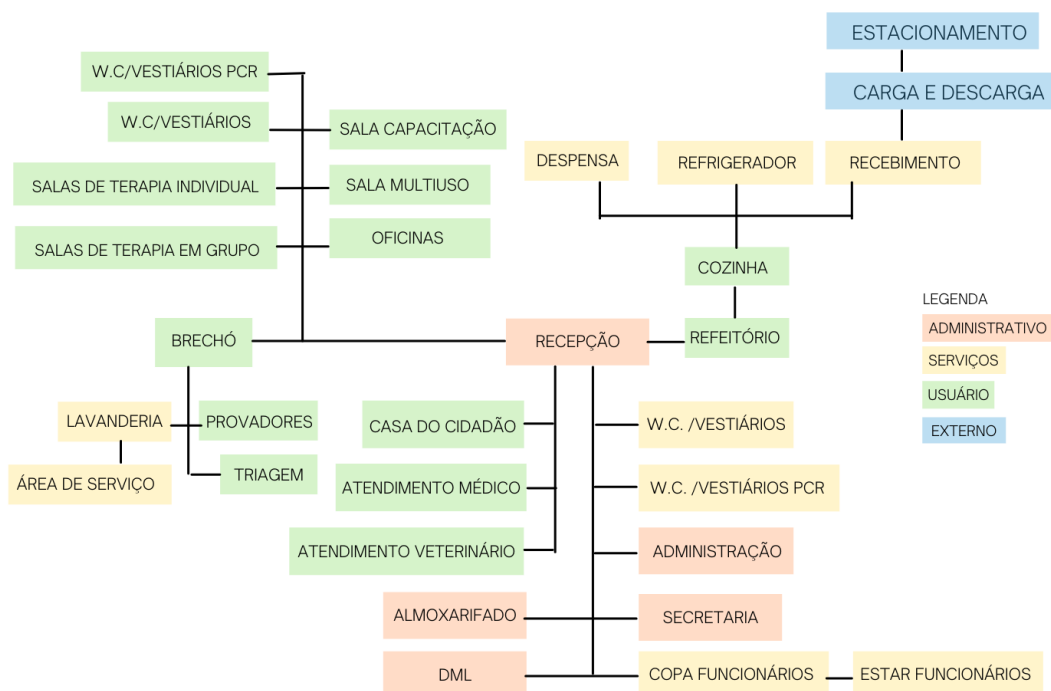
PROGRAMA DE NECESSIDADES		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA
SETOR ADMINISTRATIVO		
RECEPÇÃO	1	96,72m ²
ADMINISTRAÇÃO	1	19,88m ²
SECRETARIA	1	20,96m ²
ALMOXARIFADO	1	12m ²
DML	1	8m ²
SETOR DE SERVIÇOS		
W.C. COM VESTIARIO FEM.	1	18,50m ²
W.C. COM VESTIRIAO MASC.	1	18,31m ²
COPA PARA FUNCIONÁRIOS	1	37,52m ²
W.C. PCD	1	5,13m ²
COPA DOS FUNCIONÁRIOS	1	37,52m ²
ESTAR DOS FUNCIONÁRIOS	1	25,76m ²
LAVANDERIA	1	7,47m ²
ÁREA DE SERVIÇO DA LAVANDERIA	1	26,39m ²
COZINHA	1	47,45m ²
DESPENSA SECA	1	9,08m ²
CÂMARA REFRIGERADA	1	9,08m ²
RECEBIMENTO	1	12,34m ²
SETOR USUÁRIOS		
CASA DO CIDADÃO	1	37,49m ²
SALÃO BRECHÓ	1	52,86m ²
VESTIÁRIOS/PROVADORES 01	1	4,49m ²
VESTIÁRIOS/PROVADORES 02 E 03	2	3,29m ²
REFEITÓRIO	1	99,19m ²
ATENDIMENTO MÉDICO	2	12,59m ²
ATENDIMENTO VETERINÁRIO	1	15,49m ²
OFICINA 01	1	35,57m ²
OFICINA 02 E 03	2	35,55m ²
SALA MULTIUSO	1	29,51m ²
SALA DE CAPACITAÇÃO 01	1	29,50m ²
SALA DE CAPACITAÇÃO 02	1	29,57m ²
SALA DE TERAPIA EM GRUPO	2	21,44m ²

SALAS DE TERAPIA INDIVIDUAL	4	8,82m ²
W.C. FEM	1	12,47m ²
W.C. MASC.	1	12,53m ²
W.C. PCD	1	3,22m ²
W.C. VESTIÁRIO FEM.	1	22,38m ²
W.C VESTIÁRIO MASC.	1	22,38m ²
W.C VESTIÁRIO PCD	2	4,80m ²
ÁREA EXTERNA		
ESTACIONAMENTO	5	-
PÁTIO DE CARGA/DESCARGA	1	-

Fonte: Autora.

Com base nos ambientes e as suas necessidades de ligação foi criado um fluxograma preliminar marcando os espaços de importante conexão (Figura 33).

Figura 28: fluxograma



Fonte: Autora.

6.3. Conceito e partido arquitetônico

Com base nas ideias abordadas nos referenciais, é possível destacar três conceitos primordiais referentes ao Centro de apoio psicológico e a praça em

memória ao Casarão dos Gondim, sendo eles: memória, bem-estar e simplicidade.

O conceito de memória vem da demolição ilegal do Casarão, que apesar da sua história, arquitetura e influência para a cidade de Fortaleza, foi demolido embora se encontrasse em tombamento provisório, deixando para trás apenas os resquícios das paredes e dos ambientes na empena. Apesar de fisicamente não mais presente, sua memória ainda existe, assim como sua importância.

Partindo disso, foi pensada uma melhor maneira de aproveitar os vestígios do casarão de forma que seja bem visível o que aconteceu ali e o que havia antes disso. Dessa forma, foi proposto um jardim público no qual se preservam as cores dos ambientes, as marcas das paredes e um jardim na demarcação de onde seria cada ambiente do Casarão.

Já o conceito de bem-estar partiu da busca pelo conforto dos usuários no ambiente, no qual o bem-estar do local proporcionará a maior busca e permanência pelo equipamento e suas atividades.

Como forma de incentivar o bem-estar, foram utilizados revestimentos em cores neutras como cinza e bege e o aconchego proporcionado pela madeira. Também foram trabalhadas estratégias de conforto ambiental e visual por meio de aberturas e visuais diferentes; maior proximidade com a natureza, com arborização e espécies variadas dentro e ao redor do equipamento; e uma busca em integrar o exterior com o interior, por meio de mais aberturas, corredores externos, galerias e elementos vazados como cobogós e muxarabis.

Por fim, o conceito de simplicidade vem do propósito de facilitar e amparar os usuários, como foi apresentado anteriormente nesse trabalho, as pessoas em situação de rua muitas vezes são inibidas de entrarem em locais como supermercados e shopping centers, parte por não se sentirem confortáveis e parte por não serem bem acolhidos.

Dessa forma, a simplicidade vem por meio das formas e materiais usados, assim como os ambientes internos distribuídos. Os materiais proporcionam também simplicidade, como cores claras, tons terracota e tijolo aparente, formas retas e alongadas ajudam a visualização limpa da fachada e fazem menção, também, ao Casarão e sua forma, além de respeitar os recuso visuais do projeto para os resquícios da casa.

7. MEMORIAL

O projeto elaborado engloba as escalas de projeto nas dimensões arquitetônica, paisagística e memorial. As escolhas e soluções aplicadas buscaram se complementar em cada esfera por meio de pequenas ligações, seja por cores, formas ou memória.

7.1. Planta de implantação

A planta do Centro de Apoio Psicológico tem sua configuração volumétrica retangular, longitudinal e fragmentada, unida por caminhos abertos ao ar livre promovendo a relação entre exterior e interior. Sua forma pura e simples dialoga com seu entorno através do paisagismo pensado para estimular a contemplação e a tranquilidade.

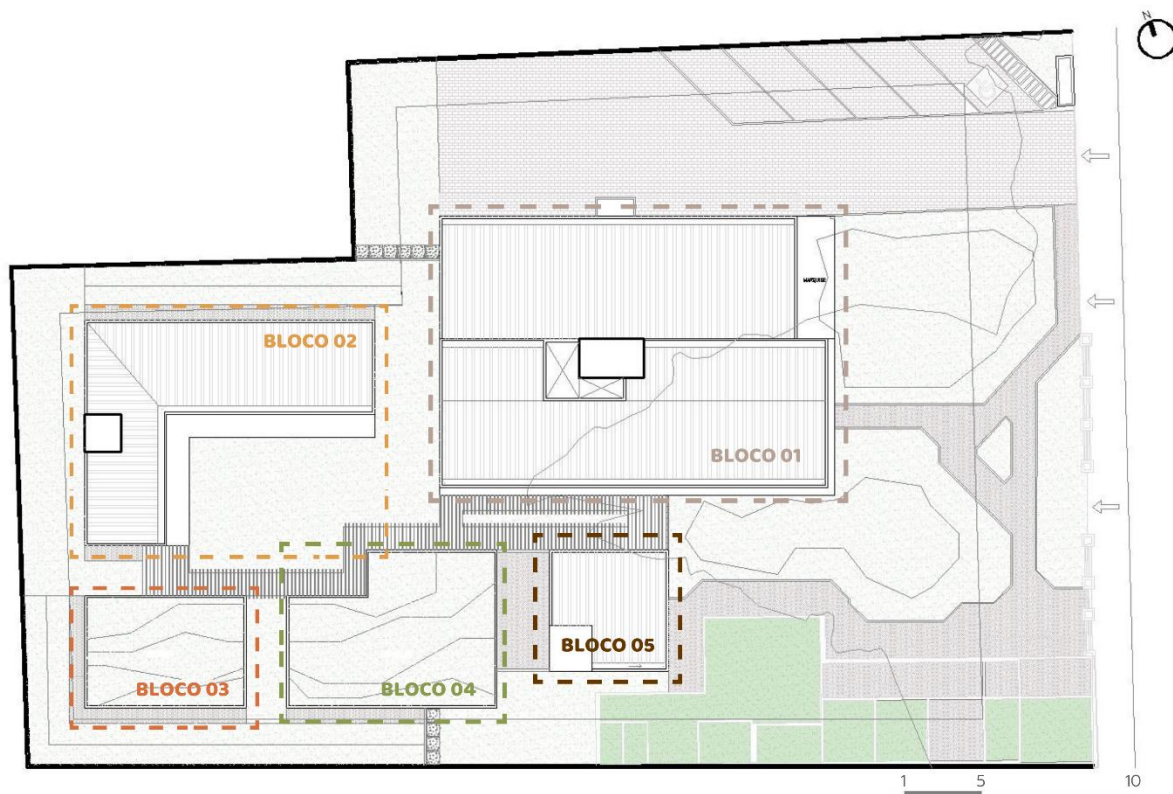
Sua cobertura é toda em telha metálica tipo sanduiche termoacústica (com inclinação de 5%) escondidas por platibandas, marcando ainda mais sua forma reta, exceto nos blocos 03 e 04, onde predomina um teto verde com forrações diferentes.

A preocupação com a memória do Casarão refletiu em todo o projeto. No arquitetônico é possível visualizar bem sua referência ao Casarão, devido seu volume do bloco principal, que tem formato retangular alongado, referenciando o Solar, porém sem ultrapassar seu gabarito e possui esquadrias de madeira ritmadas com veneziana, assim como no Casarão, porém sua veneziana se diferem em modelo, sendo do tipo italiana e ainda complementada com elemento muxarabis no topo da folha. Sua estrutura é marcada por marquises na altura da laje que trazem um toque contemporâneo em meio ao peso histórico da estrutura.

Ainda na recuperação da memória, o único elemento que se mantém inteiro até hoje, os pilares, gradis e portão da entrada do Casarão, foi proposto um restauro, mantendo-se na sua mesma criação original. Sua restauração juntamente ao restauro dos resquícios do Solar na parede configura uma forte união da história, uma reconstrução imaginária do que já foi ali um dia.

No restante da entrada é prestando um fechamento em gradil, na mesma espessura e repetição do original, porém de forma simples e contemporânea, de forma que se misture ao restaurado porém se difere visivelmente ao elemento histórico.

Figura 29: Planta de implantação



Fonte: Produzido pela autora.

7.2. Projeto de paisagismo

O paisagismo foi pensado de forma a utilizar de espécies resistentes ao clima tropical de Fortaleza, que não necessitam de grandes manutenções e se mantêm harmoniosas o ano todo.

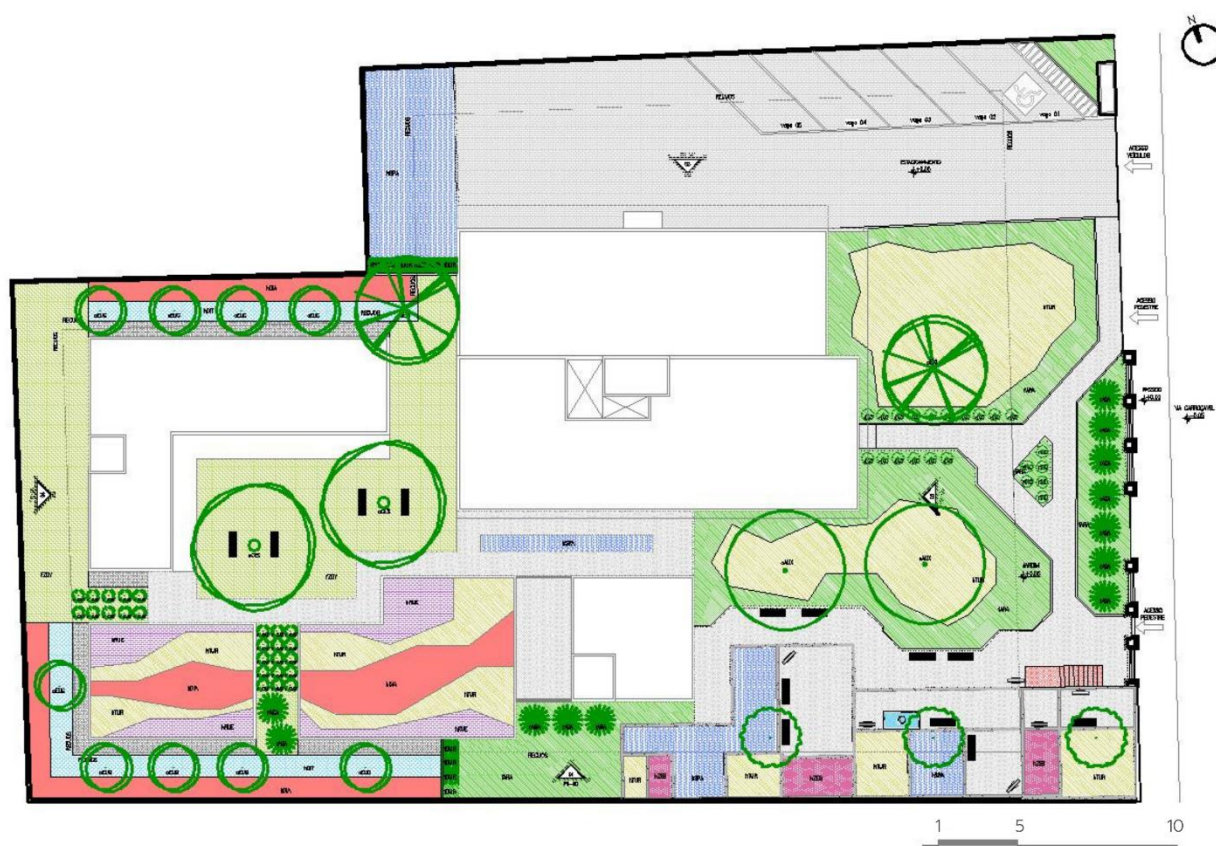
O jardim principal na frente do terreno, foi distribuído de forma que sua caminhabilidade seja levada ao elemento principal de memória, o Solar das Três Marias, no qual é composto de marcações no piso, em granito São Gabriel, das delimitações de cada ambiente onde foi o Solar, formando um jardim de memória com áreas de caminho em piso drenante e áreas de contemplação, compostas por diferentes forrações que marcam cada cômodo, a parede com os resquícios da casa, principal elemento que remonta à história do lugar e três árvores Jasmim-manga (*Plumeira Rubra*) representando as três marias, filhas de Arlindo e Guilhermina.

Como forma de caminho ao equipamento foi plantado mini-lacres (*Ixora Coccinea L.*) que marcam sutilmente a entrada do Centro de Apoio Psicológico e que se misturam com as forrações e árvores próximo a ele.

Na parte interna da estrutura, há um jardim central forrado com Gramma-Esmalda (*Zoysia Japonica*), própria para o pisoteio, e duas árvores Pau Ferro (*Caesalpinia Leioslachya*), espécie que apresenta uma copa mais ampla, proporcionando sombreamento, ligação visual entre as salas e cria uma área agradável e de socialização.

















Por fim, em volta dos blocos 02, 03 e 04, blocos de oficinas, salas de capacitação e terapia, são envoltas por vegetações herbáceas, como a Moreia (*Dietes Bicolor*) e Dianela (*Dianella Ensifolia*) e árvores Pitangueiras (*Eugenia Uniflora*), que unidos proporcionam um visual agradável para os usuários que está dentro das salas.

Figura 30: Planta de paisagismo



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 31: Tabela de vegetação

IMAGENS ÁRVORES				IMAGENS ARBUSTOS					
									
ÁRVORES	<i>EUGENIA UNIFLORA</i> PITANGUEIRA qEUG	<i>AUCEMMA ONCOCALYX</i> PAU BRANCO qAUX	<i>CAESALPINIA LEIOSTACHYA</i> PAU FERRO qCES	<i>FLUMEIRA RUBRA</i> JASMIM-MANGA qPLU	ARBUSTOS	<i>CATHARANTHUS ROSEUS</i> BOA-NOITE rCAT	<i>AGAVE ANGUSTIFOLIA</i> AGAVE rAGA	<i>DURANTA ERECTA</i> PINGO DE OURO rDUR	<i>IXORA COCCINEA L.</i> MINI-LACRE rIXO
IMAGENS HERBÁCEA				IMAGENS FORRACÕES					
									
HERBÁCEA	<i>TURNERA SUBULATA</i> CHANANA hTUR	<i>SPHAGNETICOLA TRILOBATA</i> VEDEIA MALMEQUER hSPA	<i>ZEBRAIA PURPUSI</i> LAMBARI-ROXO hZEB	<i>DIANELLA ENSIFOLIA</i> DANELA hDIA	<i>DIETES BICOLOR</i> MOREIA hDIT	<i>RUSSELLIA EQUSETIFORMIS</i> RUSSELLIA hRUE	FORRACÕES	<i>ARACHIS REPENS</i> GRAMA AMENDOIM hARA	<i>ZOYSIA JAPONICA</i> GRAMA-ESMERALDA hZOY

Fonte: Produzido pela autora.

7.3. Planta baixa térreo

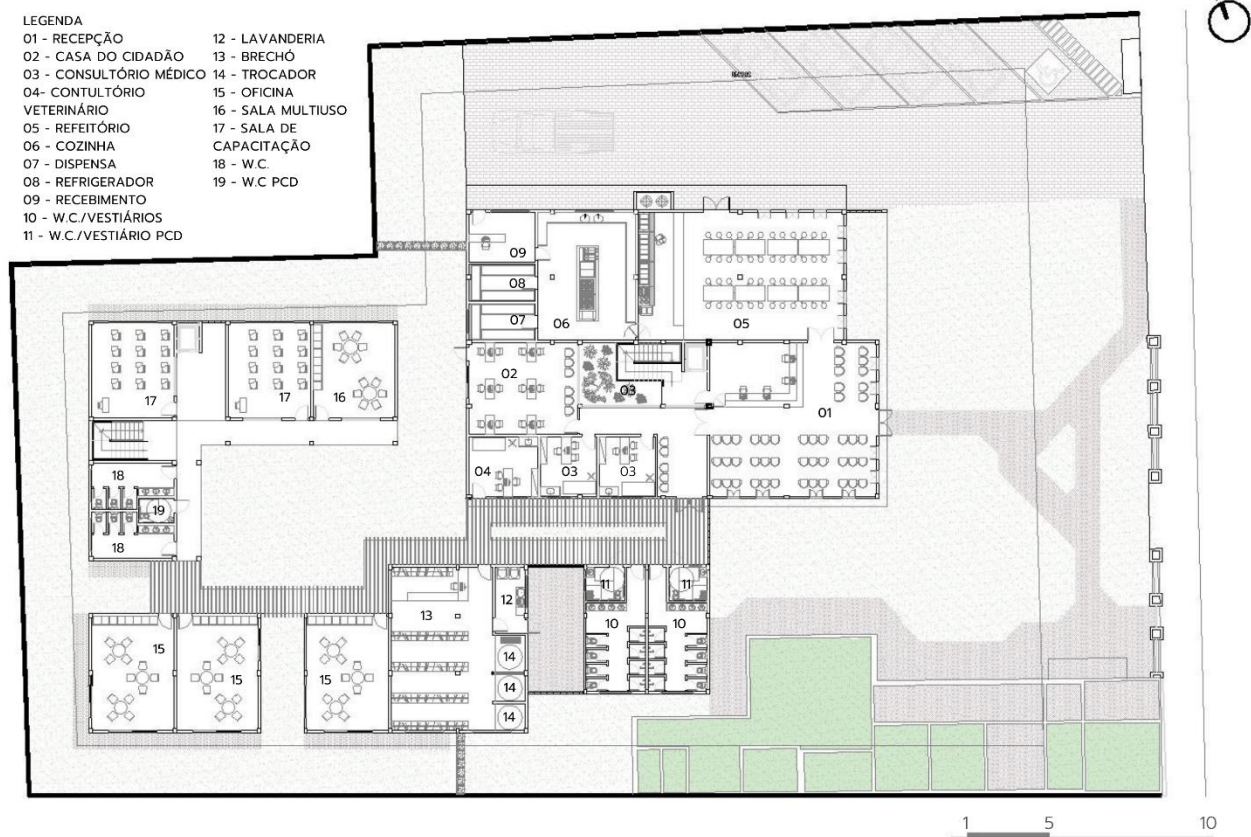
Na planta baixa do térreo, é visível a divisão em 05 blocos dispostos, o primeiro bloco, sendo o principal, onde há a entrada dos usuários e a recepção para receber e orientar; as salas médicas e veterinária, onde podem ter atendimento simples; a casa do cidadão, onde é possível tirar a documentação básica de forma facilitada; a circulação vertical, que liga ao 1º pavimento, o pavimento administrativo e de serviço; o refeitório com capacidade máxima para 47 pessoas; logo atrás do refeitório localiza-se a cozinha, com layout industrial e os ambientes de apoio, como dispensa refrigerador e recepção de fornecedores alimentícios.

O Segundo bloco, em formato de “L”, logo atrás do principal, é composto de duas salas de capacitação com capacidade de 12 usuários; uma sala multiuso, para fins diversos; circulação vertical para o 1º pavimento, a ala de terapia; e os banheiros.

O terceiro e quarto bloco, juntos abrangem as três salas de oficina, que dispõe de atividades que estimulam a criatividade e expressão, em forma de arte como pintura, marcenaria, música e escultura; ao lado o salão brechó com seu layout pensado em uma tipologia de loja, com araras dispostas em seu comprimento, para melhor experiência dos usuários, que pode entrar experimentar a roupa que mais gostar e levar somente aquilo que lhe agradou, como em uma loja, porém gratuitamente; a lavanderia que permite os funcionários lavarem as roupas recebidas de doações; área de serviço da lavanderia, espaço destinado para secar as roupas das doações; e por fim os

banheiros/vestiários, no qual ficam em frente ao bloco principal, próximo a entrada e dispõem de chuveiros para as necessidades básicas das pessoas.

Figura 32: Planta baixa térreo



Fonte: Produzido pela autora.

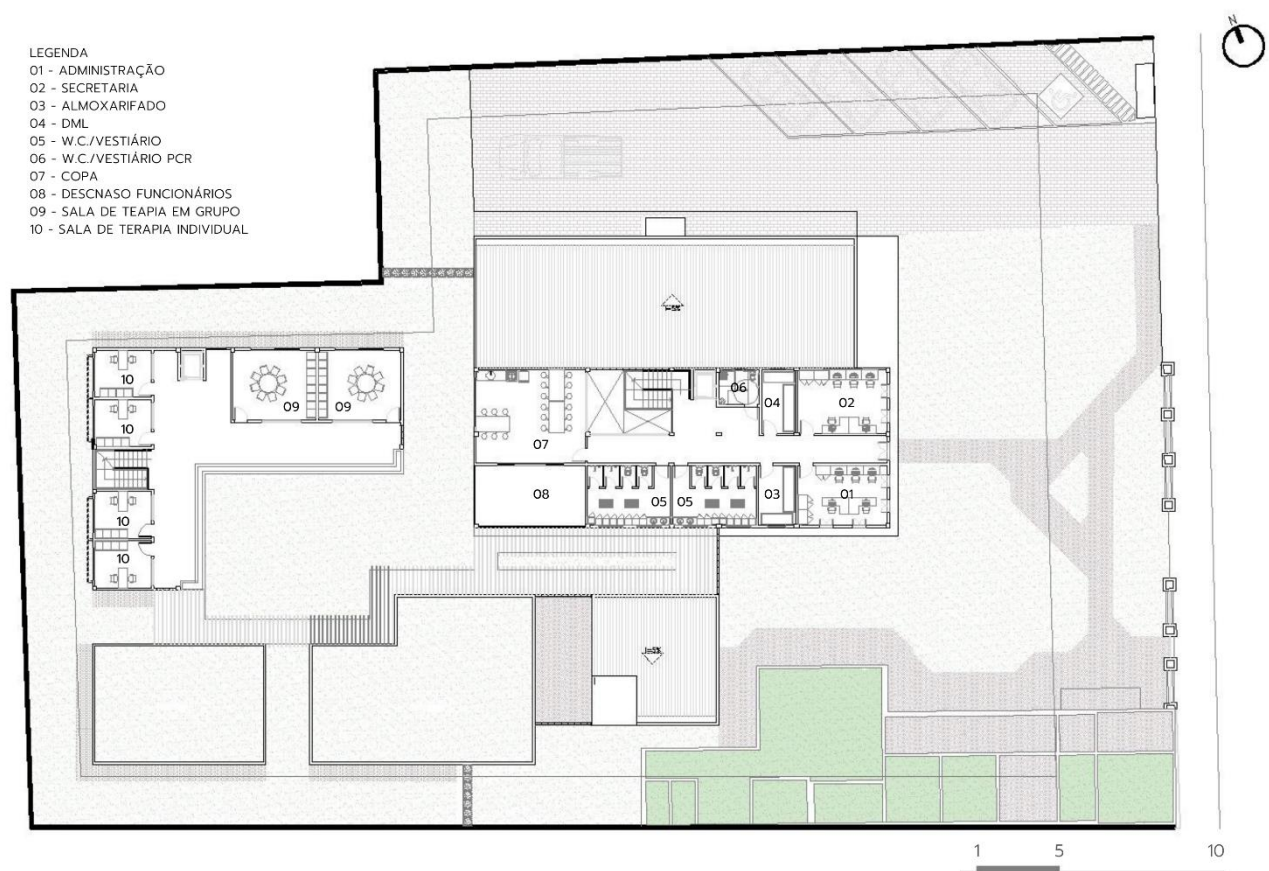
7.4. Planta baixa 1º pavimento

O primeiro pavimento é destinado a administração e a ala de terapia, separados respectivamente, no bloco 01 e bloco 02, sendo o primeiro bloco formado por uma sala de administração para 5 funcionários; secretaria para 5 funcionários; banheiros/vestiários para todos os funcionários do equipamento; banheiro PCR ao lado do elevador PCR, almoxarifado e DML; a copa dos funcionários com lugar para 18 funcionários, forno, pia e geladeira; e estar dos funcionários, na varanda com visual para o teto verde e para o térreo, proporcionando um momento de desopilar e dar qualidade de serviço.

O segundo bloco reúne todos as salas de terapia, as quatro salas individuais e as duas salas em grupo, todas voltadas para um corredor varanda, aberto com guarda-corpo de jardineira, que permite, assim como a varanda do estar dos funcionários, a visual externa do teto verde contemplativo e o térreo.

Como forma de proteger as salas de terapia individual, localizadas na fachada de fundo, do poente, foi proposto brises verticais fixos ao longo das janelas.

Figura 33: Planta baixa 1º pavimento



Fonte: Produzido pela autora.

8. PERSPECTIVAS

Figura 34: Perspectiva fachada principal - norte



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 35: Perspectiva jardim interno



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 36: Perspectiva jardim interno



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 37: perspectiva do jardim interno



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 38: Perspectiva pavimento superior



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 39: Perspectiva vista da fachada do Casarão



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 40: Perspectiva sala de capacitação



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 41: Perspectiva sala de oficina



Fonte: Produzido pela autora.

Figura 42: Perspectiva recepção



Fonte: Produzido pela autora.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contemplar o grande número e a crescente quantidades de pessoas em situação de rua, sua realidade e suas necessidades. Apesar da demanda ser maior do que a quantidade de equipamentos, ainda há estruturas que supram as necessidades básicas e imediatas dessas pessoas, porem o projeto em questão busca complementar e somar esses equipamentos, por meio de atividades distintas, voltadas para o apoio psicológico, a capacitação e a criatividade.

Além do caráter utilitário social, a escolha do terreno surgiu inicialmente pelo peso histórico e arquitetônico do Solar das Três Marias, que durante o processo de criação foi demolido. Apesar dos acontecimentos, o local e seus resquícios ainda são considerados de grande importância e relevância para a história de Fortaleza.

Desta forma, o trabalho procurou dar visibilidade a duas questões relevantes na sociedade: as pessoas em situação de rua e a memória da cidade. As primeiras, por meio de um tratamento mais humanitário, desenvolvendo um

olhar mais voltado para as pessoas, indo além das necessidades mais básicas e urgentes e a segunda, por meio da manutenção da memória de um patrimônio cultural edificado, pois acredita-se que enquanto sua existência por lembrada, sua memória sempre existirá, mesmo que não mais fisicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. In: Colóquio “O discurso geográfico na aurora do século XXI”. Florianópolis, 1996. p. 28-29.

ANDRADE, Margarida J. F. de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** In: GROSTEIN, Marta Dora. (Org.) Ceará, metrópole e cidades. 1ed. São Paulo: FAUUSP, 2015, v. 6.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Projeto de lei nº 4.498 de 8 de setembro de 2020. Determina a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico realizado periodicamente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CASTRO, José Liberal De. Preservação do patrimônio cultural. **Revista do Instituto do Ceara**, Fortaleza, 2008.

CAU/CE apresenta denuncia ao Ministério Publico sobre demolição ilegal de patrimônio histórico. **CAU/CE Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará**, 2021. Disponível em: <<https://www.cauce.gov.br/2021/07/19/cau-ce-apresenta-denuncia-ao-ministerio-publico-sobre-demolicao-ilegal-de-patrimonio-historico/>> Acesso em: 15 de setembro de 2021.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Serviços Sociais) – Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CEARÁ, Governo do Estado do. Cemarís 2018 - Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do Estado do Ceará. Secretaria Da Proteção Social, justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos humanos. Fortaleza. 2019.

CEARÁ. **População em situação de rua, guia de atuação do MPCE.** Ministério Público do Estado de Ceará, Ceará, 2017.

Censo do IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

Centro Infantil / Equipe de arquitetura. **ArchDaily Brasil.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/967447/centro-infantil-equipe-de-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=search_result_all> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

DUARTE, João. População em situação de rua: os sonhos, os desafios e as histórias. Além do papelão. Disponível em: <<https://alemdopapelao.wixsite.com/especial/mapeamento>> Acesso em: 12 de maio de 2021.

ESQUINCA, Michelle Marie Méndez. **Os descolamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros de Sé e República.** 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FORTALEZA. Lei Complementar no 62, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor>. Acesso em: 23 março. 2021.

FORTALEZA. Lei Nº 7.987 de 23 de Dezembro de 1996 – Consolidada – 2006. **Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências.** Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/lu>>. Acesso em: 25 nov. de 2020.

FORTALEZA. Lei Complementar no 236, de 11 de agosto de 2017. **Dispõe sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências.** Disponível em: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/legislacao/Consulta_Adequabilidade/1->.Lei_Complementar_N236%20de_11_de%20agosto_de_2017_Lei_de_Parcelamento_Uso_Ocupacao_do_Solo-LUOS.pdf>. Acesso em: 23 março 2021.

FORTALEZA. Lei Nº 7.061 de 16 de Janeiro de 1992. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pgm/arquivos_conteudos/pddu.pdf> .Acesso em: 25 março de 2021.

Fortaleza tem 65 bens tombados; entenda como é definida essa forma de proteção. Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 de setembro de 2018. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/fortaleza-tem-65-bens-tombados-entenda-como-e-definida-essa-forma-de-protecao-1.2004821>> Acesso em: 30 de março de 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais LTDA. 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: tabagismo 2008. Rio de Janeiro, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

IPHAN. **Carta de Veneza**.1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota técnica: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). 2020.

LIBERATO, Karla Braga Lobo. **Política pública e cidadania: avaliação da política nacional para população de rua a partir do Centro POP do município de Fortaleza- CE**. 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LYRA. Cyro Corrêa. **Importância do uso na preservação da obra de arquitetura**. 2006. Disponível em: < https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf> Acesso em: 22 de abril de 2021.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. Traduzido por Frederico Bonaldo. São Paulo: Gustavo Gilli, 2014.

MOURA Jr., J. F., XIMENES, V. M. y SARRIERA, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. Revista de Psicologia, 22(2), 18-28. doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850.

MPCE inicia investigação de responsabilidade civil e criminal pela demolição do Casarão dos Gondim em Fortaleza. **Ministério Público do Estado do Ceará**, 2021. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/2021/07/20/mpce-inicia->

investigacao-de-responsabilidade-civil-e-criminal-pela-demolicao-do-casarao-dos-gondim-em-fortaleza/> Acesso em: 15 de setembro de 2021.

MUNAIER, Fabiana de L.; MUNAIER, Felipe. O papel da memória na conservação sustentável do patrimônio: O Cine Bandeirante em Sabará/MG **1º Seminário da rede conservação_BR**, Olinda, p. 76-86, novembro de 2012.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A Política nacional para população em situação de rua implementada no centro POP de Fortaleza**. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Editions Gallimard, 1984. pp. XVIII – XLII.

PALLASMAA, Juhani. **Essências**. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

Plaza Embajada de Israel. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/buenos-aires/Documents/memoria%20descriptiva%20plaza.pdf>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento).

RAULINO, Marcelo. Prefeitura de Fortaleza registra aumento da procura de serviços oferecidos à população em situação de rua. Câmara municipal de Fortaleza, Fortaleza, 07 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.cmfor.ce.gov.br/2021/04/07/prefeitura-de-fortaleza-registra-aumento-da-procura-de-servicos-oferecidos-a-populacao-em-situacao-de-rua/>> Acesso em: 12 de maio de 2021.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SANTOS, José Luiz dos Santos. **O que é cultura**. 6. ed. São Paulo: Editoria Brasiliense. 1983.

SEI, Máira Bonafé. **Arteterapia com famílias e psicanálise winnicottiana: uma proposta de intervenção em instituição de atendimento à violência familiar**. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

SHIBLEY, Robert et al. **Partnering Strategies for the Urban Edge**: 2011 Rudy Bruner Award for Urban Excellence. Dallas, Texas: Bruner foundation, inc.,2011.

The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partner. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

VALENCIO, Norma. **A Sociologia dos Desastres. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. São Carlos Editora Rima, 2009.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZEIN, Ruth Verde, MARCO, Anita De. A rosa por outro nome tão doce...seria? **in: Anais do 7 seminário DO.CO.MO.MO Brasil**, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://professor-ruas.yolasite.com/resources/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20%20-%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf>>, acesso em: 22/04/2021.

COSTA, Rodrigo das Neves; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Espaços históricos como formadores de memória e identidade: estudo de caso do Ginásio experimental carioca Rivadávia Corrêa**. *In*: Encontro da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, 3., 2014, São Paulo. Anais eletrônico.